



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MACAULAY PEREIRA BANDEIRA

**POR OUTRAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DOS/AS GRADUANDOS/AS DO BACHARELADO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

MACAULAY PEREIRA BANDEIRA

**POR OUTRAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DOS/AS GRADUANDOS/AS DO BACHARELADO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

B166p

Bandeira, Macaulay Pereira.

Por outras relações internacionais : um retrato da produção científica dos/as graduandos/as do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / Macaulay Pereira
Bandeira. - 2025.

101 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas.

1. Produção científica - Brasil. 2. Relações internacionais - Estudo e ensino (Superior). I. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.81

AGRADECIMENTOS

Nos entroncamentos da vida, em primeiro lugar, sou grato à Pambu Njila que propicia os caminhos, permite avançar nossas palavras, destinos, propósitos com suas infinitas conexões entre mundos. Kiuá Pambu Njila, Laroyê Exu. Agradeço aos Nkisi que reinam em mim, Tat'etu Luango e Mam'etu Vunji. Ngakumenekena Tata Luango! Ngakumenekena Mam'etu Vunji. Agradeço profundamente à Ancestralidade, a cada um(a) de meus/minhas ancestrais que me possibilitaram a vida e que estão a todo instante comigo.

Agradeço o apoio e afeto da minha família, minha mãe Nicéa Fonseca Pereira, por sempre acreditar no meu potencial, por aspirar sempre uma vida melhor e de realização para mim. À minha irmã, Sigourney Pereira Bandeira, pelo privilégio de ser seu irmão, por sempre estar disposta a me acolher, me aconselhar e acreditar em mim. Sem vocês eu não poderia me tornar quem eu sou, espero que um dia eu possa retribuir todo afeto, apoio e amor.

Agradeço à comunidade Nzó MutalesiKongo (Mukongo), agradeço a cada uma pessoa que constrói o dia a dia do Mukongo, em especial aos mais velhos e às mais velhas da comunidade que com toda paciência do mundo têm me ensinado e me acolhido.

Agradeço ao Coletivo Preto Dandaras da Baixada, por ter sido não só um coletivo de jovens negros criado para forjar estratégias de sobrevivência física e intelectual dentro da universidade, mas por ter sido, de fato, a organização que teve um papel fundamental na minha formação e de quem eu procuro me tornar enquanto homem preto em diáspora.

À comunidade acadêmica do bacharelado de Relações Internacionais da UNILAB, discentes e docentes que têm construído um curso ímpar na produção de conhecimento das Relações Internacionais no Sul Global. Estendo este agradecimento à comunidade do Campus dos Malês como um todo.

Agradeço também à minha orientadora, professora Dr^a Isabella Alves Lamas, pela parceria, pela amizade, compreensão e incentivo. Estendo meus agradecimentos aos professores Dr^o Enzo Lenine e Dr^o Ercílio Langa pelas valiosas sugestões e críticas que serão importantes para o avanço da pesquisa.

Por último, mas não menos importante, agradeço à UNILAB, por ter sido uma instituição que me ensinou muito, desafiou minhas perspectivas sobre coisas que eu achava saber, foi um espaço propício para uma formação crítica intercultural que me fez ponte entre o Brasil e o continente africano, estar na UNILAB foi parte de um sonho realizado que se finda por hora mas que certamente retornarei para contribuir com o avanço da instituição. À todas as

peessoas que ao longo desses anos eu tive o privilégio de partilhar uma conversa, uma reflexão, um abraço ou uma visão, meu muito obrigado!

RESUMO

A presente monografia visa analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) entre os anos de 2019 e 2024. O referido curso teve início em 2017 e os primeiros TCCs foram defendidos e concluídos em 2019. A pesquisa se caracteriza como uma investigação que se propõem a realizar um “estado da arte” desses trabalhos a partir do questionamento se a produção tem refletido as áreas apontadas como fundamentais no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do bacharelado: estudos africanos; estudos de gênero e sexualidade; cooperação, política externa e políticas públicas; raça, racismo e estudos afro-diaspóricos. A metodologia é qualitativa e utiliza-se da análise de conteúdo categorial de frequência para compreender tematicamente a produção. Os resultados da pesquisa apontam para um corpo de pesquisas completamente imerso nos estudos africanos, com significativa produção dos estudos de gênero, cooperação e política externa e, por outro lado, com poucas pesquisas de raça, racismo e estudos afro-diaspóricos e políticas públicas. Conclui-se que as pesquisas refletem parcialmente as áreas supramencionadas e têm endossado uma agenda positiva nos estudos africanos que é bastante representativa dos princípios curriculares do PPC e da missão da UNILAB. Assim, as evidências do conjunto de TCCs do repositório do curso, apontam para as especificidades da produção do Bacharelado em Relações Internacionais desta instituição.

Palavras-chave: produção científica - Brasil; Relações Internacionais - estudo e ensino (superior); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the Undergraduate Final Papers (TCCs) of the Bachelor's Degree in International Relations at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) between the years 2019 and 2024. The aforementioned program began in 2017, and the first final papers were defended and completed in 2019. This research is characterized as an investigation that proposes to conduct a "state of the art" review of these works, questioning whether the production reflects the areas identified as fundamental in the program's Pedagogical Curriculum Project (PPC): African studies; gender and sexuality studies; cooperation, foreign policy, and public policies; race, racism, and Afro-diasporic studies. The methodology is qualitative and employs categorical frequency content analysis to thematically understand the production. The research findings point to a body of studies deeply immersed in African studies, with significant production in gender studies, cooperation, and foreign policy, and, on the other hand, limited research on race, racism, Afro-diasporic studies, and public policies. It is concluded that the research partially reflects the aforementioned areas and has endorsed a positive agenda in African studies, which is highly representative of the curricular principles of the PPC and UNILAB's mission. Thus, evidence from the set of final papers in the program's repository highlights the specificities of the production of this institution's Bachelor's Degree in International Relations.

Keywords: scientific production - Brazil; International Relations - study and teaching (higher education); University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony.

RÉSUMÉ

Le présent travail vise à analyser les Travaux de Fin de Cours (TCC) du Baccalauréat en Relations Internationales de l'Université de l'Intégration Internationale de la Lusophonie Afro-Bésilienne (UNILAB) entre les années 2019 et 2024. Ce cursus a débuté en 2017 et les premiers TCC ont été soutenus et finalisés en 2019. La recherche se caractérise comme une enquête proposant de réaliser un "état de l'art" de ces travaux, en s'interrogeant sur la mesure dans laquelle la production reflète les domaines considérés comme fondamentaux dans le Projet Pédagogique du Curriculum (PPC) du baccalauréat : études africaines ; études de genre et sexualité ; coopération, politique étrangère et politiques publiques ; race, racisme et études afro-diasporiques. La méthodologie est qualitative et recourt à l'analyse de contenu catégorielle de fréquence afin de comprendre thématiquement la production. Les résultats indiquent un ensemble de recherches fortement ancrées dans les études africaines, avec une production significative en études de genre, coopération et politique étrangère, et, d'un autre côté, peu de recherches sur la race, le racisme, les études afro-diasporiques et les politiques publiques. Il en ressort que les recherches reflètent partiellement les domaines susmentionnés et soutiennent une agenda positive dans les études africaines, laquelle est très représentative des principes curriculaires du PPC et de la mission de l'UNILAB. Ainsi, l'ensemble des TCC du répertoire du cursus met en lumière les spécificités de la production du Baccalauréat en Relations Internationales de cette institution.

Mots-clés: production scientifique - Brésil ; Relations Internationales - études et enseignement (enseignement supérieur); Université d'intégration Internationale de la Lusophonie Afro-Bésilienne.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los Trabajos de Conclusión de Curso (TCC) del Bachillerado en Relaciones Internacionales de la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afro-Brasileña (UNILAB) entre los años 2019 y 2024. Dicho curso se inició en 2017 y los primeros TCC fueron defendidos y concluidos en 2019. La investigación se caracteriza como un estudio que propone realizar un “estado del arte” de estos trabajos, cuestionando si la producción ha reflejado las áreas señaladas como fundamentales en el Proyecto Pedagógico Curricular (PPC) del bachillerato: estudios africanos; estudios de género y sexualidad; cooperación, política exterior y políticas públicas; raza, racismo y estudios afro-diaspóricos. La metodología es cualitativa y utiliza el análisis de contenido categorial de frecuencia para comprender temáticamente la producción. Los resultados apuntan a un conjunto de investigaciones profundamente inmerso en los estudios africanos, con una producción significativa en los estudios de género, cooperación y política exterior, y, por otro lado, con pocas investigaciones sobre raza, racismo, estudios afro-diaspóricos y políticas públicas. Se concluye que las investigaciones reflejan parcialmente las áreas mencionadas y han respaldado una agenda positiva en los estudios africanos, ampliamente representativa de los principios curriculares del PPC y de la misión de la UNILAB. Así, las evidencias del conjunto de TCC del repositorio del curso señalan las especificidades de la producción del Bachillerado en Relaciones Internacionales de esta institución.

Palabras clave: producción científica - Brasil; Relaciones Internacionales - estudio y docencia (educación superior); Universidad de Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña.

RUZUMU

Es tarbadju na analiza produson di monografias ku artigis, tarbadjus di konkluson di kursu (TCC) di Bacharelado de Ralason Nternasional di Universidade di Integração Internacional di Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) di ano di 2019 ate 2024. Es kursu kunsu na 2017 i si purmerus TCCs i difindidu i kabadu na 2019. E piskiza ta karateristika suma un nvestigason viza realiza un “stado di arte” di es tarbadjus ku purgunta si produson ta refleto arias ku apontadus suma fundamental na Projeto Pedagógico Curricular (Prujetu Pedagogjiku Kurikular) (PPC) di bacharelado: studus afrikanus, relasons etnikus rasial na RI, studu di generu ku sexualidadi, koperason, pulitika sterna ku pulitika publika. Metodolojia di es tarbadju i kualitativa, i utilizadu analizi di kontiudu kategorial di frekuensia pa kumprindi tematika di produson. Rusultadus di piskiza n dika un kurpu di piskiza kompletamenti imerso na studus afrikanus, ku produson di studus di generu signifkativu, koperason ku pulitika sternu, pa utru ladu, ku n bokadu di piskizas na ralason etniku rasial ku pulitikas publikas. I konklui di kuma piskizas ta refleto di forma parsial na arias ku mensionadu, pa es, ika di kuma i ten transmitidu un agenda pusitivu na studus africanus ku ta representa prinsipios di PPC ku di mison di UNILAB.

Palabras-tchabi: pruduson di kunhisimentu; relason nternasionais; Universidade di Integração Internacional di Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Critérios de inclusão para leitura dos textos de acordo com as áreas	19
Quadro 2	Áreas e categorias	20
Gráfico 1	Autores e autoras dos TCCs por gênero e nacionalidade	43
Gráfico 2	Produção de trabalhos entre 2019-2024	44
Tabela 1	Frequências de palavras-chaves dos trabalhos	45
Figura 1	Nuvem de palavras a partir dos resumos dos TCCs	46
Tabela 2	Distribuição dos TCCs por temáticas	47
Tabela 3	Frequência de categorias de teorias	48
Tabela 4	Abordagens metodológicas	49
Tabela 5	Frequências de categorias de técnicas metodológicas	50
Tabela 6	Categorias de Estudos Africanos	55
Tabela 7	Categorias dos Estudos de Gênero e Sexualidade	63
Tabela 8	Categorias de Estudos de Cooperação	67
Tabela 9	Categorias de Políticas Públicas e Política Externa	71
Tabela 10	Categorias de Raça, racismo e Estudos da Diáspora	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ADI - Ação Democrática Independente

APP - Análise de Políticas Públicas

APE - Análise de Política Externa

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CEA - Centro de Estudos Africanos

CEAA - Centro de Estudos Afro-Asiáticos

CEEAC - Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

CEDEO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

COMESA - Mercado Comum da África Oriental e Austral

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

EAC - Comunidade da África Oriental

EUA - Estados Unidos da América

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IBEAA - Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos

MLSTP/PSD - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata

MNU - Movimento Negro Unificado

MpD - Movimento para a Democracia

MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

ONU - Organização das Nações Unidas

PAE - Política Externa de Angola

PAICV - Partido Africano Para Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano Para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEB - Política Externa Brasileira

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

PEI - Política Externa Independente

PPC - Projeto Pedagógico Curricular

PROUNI - Programa Universidade para Todos
PRS - Partido da Renovação Social
PT - Partido dos Trabalhadores
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI - Relações Internacionais
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIBIUNI - Sistema de Bibliotecas da UNILAB
STP - São Tomé e Príncipe
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UA - União Africana
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.2	METODOLOGIA	16
2	A ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O BACHARELADO EM RI DA UNILAB	22
3	CAMPOS DE PESQUISAS A PARTIR DOS PRINCÍPIOS CURRICULARES DAS RI NA UNILAB	26
3.1	ESTUDOS AFRICANOS	26
3.2	ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SUL GLOBAL	30
3.3	COOPERAÇÃO SUL-SUL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EXTERNA	34
3.4	RAÇA, RACISMO E ESTUDOS DA DIÁSPORA	37
4	BACHARÉIS E EGRESSOS EM RI DA UNILAB: QUEM SÃO E O QUE PRODUZIRAM?	42
5	ANÁLISE INTEGRADA E CATEGORIAL DAS QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS CENTRAIS DO CURSO NOS TCCS	52
5.1	ESTUDOS AFRICANOS	52
5.2	ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	60
5.3	COOPERAÇÃO SUL-SUL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EXTERNA	65
5.4	ESTUDOS DA DIÁSPORA, RAÇA E RACISMO	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE	96

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de um século, os movimentos sociais negros reivindicam um projeto de Brasil no qual a população negra seja parte integral da sociedade, de maneira a se fazer presente em todas as posições de poder e decisão. A universidade pública, por muito tempo, foi sinônimo de um castelo de marfim ocupado exclusivamente pelos filhos da elite política, econômica e intelectual brasileira. Essa história de exclusão ainda tão perto do ponto de vista histórico tem sido desafiada paulatinamente pela ação política de setores da sociedade civil que compreendem que uma sociedade verdadeiramente democrática não pode prescindir de discutir as fraturas coloniais que a criaram, e não pode, sob nenhuma hipótese, excluir a maior parte da população de acessar direitos básicos conferidos na Constituição. O que pretendemos compreender no escopo da presente investigação se encontra precisamente no centro das tensões entre local e global, democratização e exclusão, políticas públicas e inserção internacional, produção de conhecimento descolonizador e estruturas sociais excludentes.

O começo do século XXI marca um novo ciclo de aquecimento das relações político-diplomáticas entre Brasil e o Sul Global, em particular com os países africanos. A Política Externa Brasileira (PEB) do Partido dos Trabalhadores (PT) encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva e Celso Amorim implementa uma diplomacia mais “ativa, afirmativa e propositiva” (Visentini, 2016, p. 76) á uma perspectiva autonomista em relação aos países do Norte Global mas sem desmantelar as parcerias estratégicas com os mesmos eo Brasil passa a focalizar nas regiões do Sul-Global como potencial de universalizar sua política externa e atender seus objetivos bilaterais e multilaterais (Leite, 2011). As relações Brasil e África são o foco do esforço de Cooperação Sul-Sul, especialmente com os países lusófonos. O Brasil buscava se consolidar enquanto um *global player*, uma liderança do Sul-Global e grande parceiro dos países africanos. O país aumenta exponencialmente seu investimento em cooperação técnica, nos dois primeiros mandatos do Lula (2003-2010) implementa 238 projetos de cooperação técnica com países africanos (Junior; De Farias, 2015), amplia a estrutura do Itamaraty para o continente africano, lançando a Divisão África III, perdoa a dívida externa de alguns países africanos (Visentini, 2016) e, entre 2004 e 2006, o intercâmbio comercial saiu de U\$D 6 bilhões para U\$D 12 bilhões. (Leite, 2011).

Por outro lado, essa tendência da PEB, no alvorecer do século XXI , é acompanhada da ampliação do acesso às universidades, sobretudo públicas. Políticas como REUNI, PROUNI, FIES e as políticas de ações afirmativas para negros é o que Gomes, Lima e Santos (2018) consideram um ciclo de expansão da universidade pública no Brasil. A Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), segundo esses autores, está dentro desse ciclo expansionista, com a especificidade de ser uma instituição que incorpora em seu projeto institucional fundacional a internacionalização, a mobilidade estudantil e a integração entre o Brasil e o continente africano.

Dentro desse projeto de internacionalização do ensino superior integrado entre Brasil e África, o bacharelado em Relações Internacionais é criado no Campus dos Malês (campus fora de sede e o menor entre os campi da Unilab). O bacharelado em Relações Internacionais surge, dentro dos imperativos institucionais da UNILAB, enquanto um curso de formação de estudantes brasileiros, africanos e asiáticos para atuar na academia, no mercado de trabalho e, sobretudo, enquanto pontes de projetos de cooperação. Além disso, o bacharelado tem um lugar estratégico na interiorização internacionalizada de produção de conhecimento no Sul Global (UNILAB, 2021). A presente pesquisa consiste em um esforço de avaliar se a produção científica dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) estão refletindo os princípios curriculares preconizados no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) deste curso, especificamente em relação aos Estudos Africanos; Estudos de Gênero e Sexualidade, Estudos de Cooperação Internacional, Política Externa e Políticas Públicas; e Raça, racismo e Estudos da Diáspora.

O trabalho está dividido em 6 capítulos. Este primeiro capítulo trata desta introdução e da metodologia e desenho metodológico que guia a elaboração desta monografia. O segundo capítulo consiste na reflexão sobre as RI enquanto disciplina. O terceiro capítulo se dedica a tecer uma discussão teórica das áreas foco da pesquisa: Estudos Africanos; Estudos de Gênero e Sexualidade; Estudos de Cooperação Internacional, Política Externa e Políticas Públicas; e Raça, racismo e Estudos da Diáspora. O quarto capítulo trata de dados sobre autores, divisão temática dos textos e aspectos metodológicos e teóricos dos TCCs. O quinto capítulo se concentra na análise integrada de interpretação dos TCCs e análise de conteúdo. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais.

1.2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica do trabalho é qualitativa. A técnica de análise de dados foi a análise de conteúdo categorial de frequência e a descrição interpretativa de textos. A presente pesquisa consiste em um estado da arte da produção de TCCs do Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB. Os documentos totalizam 77 trabalhos, no **Anexo**, (33 monografias e 44 artigos) entre 2019 e 2024 presentes no Repositório Institucional do Sistema de Bibliotecas

da UNILAB (SIBIUNI)¹. A pergunta de pesquisa que guia esta monografia é: a produção dos TCCs tem atendido o que preconiza os pressupostos epistemológicos apontados no PPC do curso (UNILAB, 2021), isto é, os trabalhos têm endossado áreas de estudo como as relações étnico raciais, os estudos de gênero, estudos africanos e estudos de cooperação internacional? No caso dos estudos de cooperação, embora não apareça como pressuposto epistemológico do PPC, trata-se do propósito de criação da UNILAB, e portanto, o Bacharelado também tem este objetivo institucional. Acrescentamos aos estudos de cooperação, os estudos de análise de política externa (APE) e avaliação de políticas públicas (APP). Um dos aspectos centrais para responder esta pergunta de pesquisa é o objetivo de compreender como se caracteriza a produção de TCCs do Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB do ponto de vista temático e da agenda de pesquisa.

Na análise dos textos utilizamos em primeiro lugar, os resumos e as palavras-chaves. É imperativo dizer que os resumos são apenas fragmentos das pesquisas realizadas e são redigidos de acordo com as perspectivas dos(as) autores(as) atendendo os critérios de cada instituição ou das normas nacionais de formatação acadêmica. Os resumos são fontes objetivas para extrair as informações mais imediatas dos trabalhos apreciados, mas existem nuances que podem aparecer entre os resumos de determinado catálogo de trabalhos que estão condicionadas a serem ou não destacadas mediante leitura de quem faz o estado da arte. Ou seja, os resumos são fontes que não são homogêneas e nos permitem tecer uma interpretação. Ferreira (2002) ao pensar sobre os resumos de dissertações e teses aduz que:

O que temos, então, ao assumirmos os resumos das dissertações e teses presentes nos catálogos como lugar de consulta e de pesquisa, é que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles (os resumos) explicável não só pelas representações diferentes que cada autor do resumo tem deste gênero discursivo, mas também por diferenças resultantes do confronto dessas representações com algumas características peculiares da situação comunicacional, como alterações no suporte material, regras das entidades responsáveis pela divulgação daquele resumo, entre outras várias (Ferreira, 2002, p. 264).

Os resumos como fontes primárias do “estado da arte” nos oferecem a possibilidade de interpretar uma determinada produção, isto é, criar uma narrativa sobre o contexto, os resultados, e os caminhos de determinada produção, não se tratando de encerrar a produção por inteiro, mas sim apresentar uma versão, uma parte interpretada da história da mesma. Não assim, “uma certa realidade dessa produção. [E] haverá tantas histórias sobre a produção científica

¹ O site público do Repositório Institucional que acumula toda produção da instituição tanto a nível de graduação, quanto pós-graduação é gestado pela SIBIUNI e pode ser acessado no seguinte site: <https://repositorio.unilab.edu.br/jsui/>.

quantos resumos (de uma mesma pesquisa) forem encontrados.” (Ferreira, 2002, p. 269) . Com isso, é importante afirmar de antemão que a produção de conhecimento do Bacharelado analisado não se restringe aos TCCs e, obviamente, os membros do curso de RI sejam docentes ou discentes têm bolsas de pesquisas, bolsas de extensão sem contar as mais variadas atividades e cenários que o ofício da pesquisa apresenta. Nosso recorte nos trabalhos de finalização do curso, poderia ter sido outro ou ampliado com os projetos de pesquisa ou de extensão vinculados ao curso.

Através dos resumos, a despeito das limitações de formatação, estilo, etc. segundo Ferreira (2002) surgem “enunciados” que jogam luz a “certos aspectos significativos do debate sobre determinada área do conhecimento, em um determinado período” (Ferreira, 2002, p. 270). Em adesão a este processo, optou-se também por analisar mais detidamente as introduções e conclusões. As primeiras porque oferecem um panorama, embora inicial, mais amplo sobre os objetivos das pesquisas e as metodologias que são empreendidas e também podem sugerir os marcos teóricos que as pesquisas vão mobilizar, já as conclusões porque sintetizam os possíveis resultados das pesquisas ou ao menos discorrem sobre os pontos considerados mais importantes da referida contribuição pelo próprio(a) autor(a).

Posteriormente a leitura dos resumos, palavras-chaves, introduções e conclusões montamos uma sistematização dos trabalhos por “nome”; “ano”; “título”; “palavras-chave”; “perspectiva teórica”; “metodologia”; “objeto”, “gênero” e “nacionalidade”. A partir desse quadro, separamos os textos tematicamente, além de revelar dados como publicação ao longo dos anos e origem dos(as) autores(as). Igualmente, a partir dessa leitura foi possível definir critérios para enquadrar os textos em cada uma das áreas que exploramos (estudos de gênero e sexualidade; estudos africanos; estudos da diáspora, raça e racismo e estudos de cooperação, análise de política externa e políticas públicas). Em cada uma das 4 áreas apontamos os critérios abaixo no **Quadro 1**:

Quadro 1 - Critérios de inclusão para leitura dos textos de acordo com as áreas.

Área explorada	Critérios para inclusão
Cooperação, política externa e políticas públicas	Textos que indicam diretamente em seus títulos, resumos e/ou palavras-chaves que se dedicam a alguma modalidade de cooperação, análise de política pública ou política externa.
Estudos de gênero e sexualidade	Textos que indicam diretamente em seus títulos, resumos e/ou palavras-chaves que se dedicam a temáticas de desigualdade de gênero e participação de mulheres. Aqueles que possuem palavras como “gênero” e “mulher(es)” também foram selecionados.
Estudos Africanos	Textos que têm como objetos experiências e/ou fenômenos africanos no contexto do continente africano indicadas em seus títulos, resumos e/ou palavras-chaves.
Estudos da Diáspora, raça e racismo	Os trabalhos que mais mencionam raça e racismo em seus títulos, resumos e palavras-chaves, inclusive abrangendo trabalhos que abordam experiência de racialização de povos não-negros como povos nativos americanos (indígenas nas Américas), ao passo que no âmbito dos Estudos da Diáspora selecionamos os trabalhos que abordam a experiência de africanos e afrodescendentes na diáspora.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em complementaridade da interpretação e descrição dos textos a partir dos critérios explicitados acima, fizemos uma análise de conteúdo categorial de frequência com base na contribuição de Bardin (2016). O autor, define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2016, p. 48). A técnica de análise de conteúdo nos permitiu chegar a conclusões do ponto de vista de uma avaliação qualitativa que vai além das frequências de categorias (unidades de análises) de cada área que se apresenta numericamente e em percentagens. As categorias foram elaboradas a partir da literatura acadêmica de cada área e da leitura dos textos que consideramos representativos de cada uma com os critérios elencados no **Quadro 1**.

Em relação às metodologias e correntes teóricas, selecionamos categorias representativas das principais técnicas metodológicas e correntes teóricas das RI nas **Tabelas 3**

e 5 e testamos no conjunto de textos além de computarmos manualmente as abordagens metodológicas (qualitativa, quantitativa ou misto) como poderão ver na **Tabela 4**.

Para testar a frequência das categorias, utilizamos o software MAXQDA 2020 que nos permite ler os textos com codificação. No âmbito deste *software*, utilizamos o recurso de pesquisa lexical tanto de palavras simples como de palavras compostas para entender a frequência de categorias. A partir do MAXQDA, pudemos também gerar recursos visuais como nuvens de palavras. As frequências das categorias de cada área testadas no total de textos foram realizadas apenas com o corpo do texto, isto é, da introdução até a conclusão, excluindo necessariamente o título, o resumo, as palavras-chave e as referências bibliográficas. Com o título, o resumo e as palavras-chaves foram realizadas análises separadamente, e foi a partir desses elementos que a **Tabela 1** e o **Gráfico 1** foram elaborados, como poderão ver no Capítulo 4. O **Quadro 2** ilustra as áreas e as categorias (unidades de análise)

Quadro 2 - Áreas e categorias

Área	Categorias
Estudos Africanos	África, África-Brasil, PALOP, Estudos Africanos, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, África Ocidental, África Austral, Norte da África, África Oriental, África Central, SADC, CEDEAO, CEEAC, EAC, União do Magrebe Árabe, COMESA, União Africana, Integração Africana, Pan-Africanismo, Agenda 2063, NEPAD, Regionalismo africano, MPLA, UNITA, FRELIMO, RENAMO, PAICV, MpD, PAIGC, PRS, MLSTP-PSD, ADI, Região do Sahel, Região do Magrebe, Região dos Grandes Lagos, Golfo da Guiné, Bacia do Congo, Costa do Oceano Índico, Chifre de África
Estudos de Gênero e Sexualidade	Estudos de Gênero, mulheres, mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres africanas, participação feminina, desigualdade de gênero, mulherismo, mulherismo africana, intersseccionalidade, feminismo, feminismo negro, feminismo africano, LGBT, LGBTfobia, sexualidade, homofobia, transfobia.
Cooperação, política externa e políticas públicas	Cooperação Internacional: cooperação, cooperação internacional, cooperação sul-sul, cooperação norte-sul, cooperação triangular, cooperação técnica, cooperação internacional para o desenvolvimento, cooperação educacional/em educação, cooperação cultural/em cultura, cooperação em infraestrutura, multilateralismo, bilateralismo, ajuda humanitária, UNILAB, PEC-G/PEC-PG, CPLP, BRICS, China, Brasil,

	<p>África do Sul, Rússia APP e APE: análise de política externa, análise/avaliação de políticas públicas, política externa, políticas públicas, governança, transferência de políticas públicas, difusão de políticas públicas, transferência de renda, imagem internacional, inserção internacional, <i>Soft Power</i>, <i>Hard Power</i>, política externa regional, política externa africana, política externa brasileira / do Brasil, política externa latino-americana/ da América Latina, política externa guineense / de Guiné Bissau, política externa angolana/ de Angola, política externa moçambicana/ de Moçambique, política externa cabo-verdiana/ de Cabo Verde, inserção internacional.</p>
<p>Raça, racismo e Estudos da Diáspora</p>	<p>Diáspora Africana, diáspora, negro/a, afro-brasileiro(a), afrodescendente, indígena, povos indígenas, quilombo, quilombola, identidade negra, população quilombola, Europa, supremacia branca, colonialismo, pós-colonialismo, pós-colonial, quilombismo, amefricanidade, amefricanos(as), neocolonialismo, colonialidade, eurocentrismo, branquitude, negritude, descolonização, relações étnico-raciais, raça, racismo, etnia/étnico, xenofobia, racismo estrutural, racismo ambiental, racismo religioso, discriminação racial, preconceito racial, reparação histórica.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Em suma, a análise segue basicamente três vieses. O primeiro se refere à computação de informações como gênero e nacionalidade dos autores, ano de publicação dos trabalhos no Repositório Institucional, as principais temáticas, metodologias e correntes teóricas mencionadas nos trabalhos. Em segundo lugar, a leitura dos textos representativos de cada campo de estudo a partir dos critérios apontados no **Quadro 1.**, e, por último, mas talvez mais importante, testar a frequência das categorias no conjunto de todos os textos a partir de categorias pensadas com base na literatura de cada área e da leitura dos trabalhos.

2 A ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O BACHARELADO EM RI DA UNILAB

O campo das Relações Internacionais se institucionaliza na academia em 1920 com a criação do *Royal Institute of International Affairs* (Vigevani; Thomáz; Leite, 2014). Há também aqueles(as) que atribuem à institucionalização da disciplina a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade Aberystwyth, no País de Gales (Julião, 2012). De qualquer modo, o conflito global da Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial estão na base da criação e expansão da disciplina dentro do ambiente universitário dos EUA e do Reino Unido. O que caracteriza a RI enquanto campo de estudo independente de outras disciplinas acadêmicas é o seu objeto de estudo específico, e daí o desenvolvimento de teorias e metodologias para responder aos problemas, hipóteses e agendas de pesquisa suscitadas pela consolidação do campo. Rigueira (2012) lembra que o que se coloca para os(as) pesquisadores (as) de RI é:

[...] investigadores de RI têm-se esforçado para alcançar um grau de independência e coerência disciplinar e a disciplina em si mesma emerge nos mais diferentes países desse esforço de criação de independência. No centro desta empresa estão três processos: a necessidade de perceber o estado e às relações internacionais; a necessidade de identificar um objeto de estudo particular – que diferencia as RI de outras disciplinas e que implica realçar que investigar relações internacionais não pressupõe estudar história, demografia, antropologia, direito internacional ou sociologia em si mesmas, mas apenas na medida em que o estudo destas áreas esteja implicado num qualquer assunto identificado como objeto de estudo de relações internacionais – e, terceiro, independência significa criar um conjunto de «técnicas» e métodos de análise para abordar este objeto de estudo particular. (Rigueira, 2012, p. 24)

O desenvolvimento da disciplina e a própria definição de seu(s) objeto(s) caminha com o avanço dos debates teóricos de caráter epistemológico, ontológico e metodológico. O liberalismo/idealismo concebe as instituições internacionais e o esforço de cooperação na relação dos Estados, ao passo que o realismo marca o campo elegendo os Estados-nações e suas relações sob a égide da autopreservação mútua enquanto centralidade. O conhecido segundo debate das RI tem um caráter mais metodológico entre realismo e behaviorismo e, no cerne deste debate, estava a ideia de aplicar métodos das ciências naturais para as ciências sociais (Rigueira, 2012). No terceiro debate das RI, que fica conhecido como debate interparadigmático, a partir dos anos 1980, ganharam força teorias que desafiam os pressupostos epistemológicos e, conseqüentemente, analíticos, do realismo e do liberalismo. Ganham destaque e se desenvolvem teorias como o construtivismo, teoria crítica, feminismo,

pós-colonialismo, neomarxismo (estruturalismo) que, embora muito diversas entre si, convergem na direção da superação do positivismo nas RI.

A entrada das RI no Brasil a nível de graduação nos anos 1970 tem início com a criação da primeira graduação na UnB em 1974. Segundo o estado da arte desenvolvido por Miyamoto (1999), a área de Relações Internacionais no Brasil e os cursos de graduação em particular acompanham, de alguma maneira, o desenvolvimento econômico do país e sua projeção na arena internacional, com foco para o regionalismo latino americano e também com debates sobre o fenômeno da globalização e seus efeitos, especialmente após os anos 1970. Nesse sentido, nos anos 1990, há um aumento dos cursos de RI, especialmente nas universidades privadas (UNILAB, 2021) condicionada pela consolidação cada vez maior da inclinação brasileira para atuar no Sistema Internacional (SI) em tempos de globalização. Os anos 2000 representam até os dias atuais o aumento qualitativo e quantitativo exponencial na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação nas RI. O censo do INEP de 2018 demonstra que há 105 cursos de graduação em RI espalhadas pelo Brasil, com maior presença no Sudeste, sobretudo nas grandes cidades e capitais sudestinas (*idem*). O último censo do INEP de 2024 consta que há 175 cursos de graduação² no país em instituições privadas e públicas. O estado da Bahia tem 20 cursos de graduação em RI, o bacharelado em RI continua sendo o único curso de graduação existente em uma IES.

O Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB tem sua criação em 2017 em consonância com a missão institucional específica da instituição de “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (Brasil, 2012). O curso cumpre também um papel importante no cenário das graduações em RI no Nordeste, uma vez que se trata do único curso de graduação de Relações Internacionais em uma IES no estado da Bahia. (UNILAB, 2021). Além dessa importância, o bacharelado se situa numa encruzilhada entre o local e o global. Sua localização geográfica está no Recôncavo da Bahia, em São Francisco do Conde, região que se caracteriza pela presença latente da população negra e quilombola que historicamente ali habita desde dos tempos coloniais devido à monocultura e o tráfico de escravizados que por muito tempo foi seu vapor econômico.

A região também desde os anos 1950 tem forte presença do refinamento de petróleo pela existência da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM). De Lucca e Butti (2021),

² Dados do INEP disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

docentes nos Campus dos Malês de Relações Internacionais e Ciências Sociais respectivamente, refletem a partir do Atlântico Negro de Paul Gilroy sobre as contradições e tensões inerentes a cadeia de produção do petróleo, sobretudo em seus danos sociais e ambientais, que assola comunidades negras e quilombolas na região. A UNILAB e o Campus dos Malês, em específico, inaugurado em 2014, são criados dentro do projeto de interiorização particular do propósito da universidade, expansão do ensino superior e da internacionalização. A Unilab é a concretização da tendência de política externa do Brasil da administração Lula I e II e Rousseff (2003-2016) de aproximação com o Sul Global, em particular o continente africano, em encontro com a histórica incidência política de movimentos sociais negros pelo acesso ao ensino superior (Lucca; Butti, 2021).

Em outra oportunidade de pesquisa, pudemos avaliar com mais atenção o desenvolvimento do Campus dos Malês de 2014 a 2020 (Bandeira, 2025). Trata-se de um campus que desafia a perspectiva de universidade historicamente eurocêntrica, em constante construção de encruzilhadas africanas e afro-brasileiras, “pontes” entre as diferenças, mas não sem precarização e contradições (Bandeira, 2025, p. 55). Tal como argumentam Lucca; Butti (2021) e Bandeira (2025), os cursos do Malês representam um avanço do ponto de vista epistemológico, dentro do Sul Global, em contraponto com o eurocentrismo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) das graduações em Relações Internacionais apontam como componentes do eixo estruturante as Teorias das Relações Internacionais (TRI); Segurança, Defesa e Estudos Estratégicos; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais. Esse eixo estruturante é acompanhado de um eixo interdisciplinar que dispõe de Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística; Metodologia; Ética como áreas complementares que devem ser exploradas no sentido de reforçar o eixo estruturante da formação (Brasil, 2017, art 5º). Embora o documento possa receber críticas, ele oferece margem para os cursos de graduação diversificarem a formação que estão oferecendo mediante os contextos onde estão inseridos os cursos. O Bacharelado de RI tem se diversificado conforme o que preconiza o projeto de integração internacional entre África e Brasil da Unilab. Lucca e Butti (2021) afirmam que os PPCs dos cursos dos Malês:

[...] dialogam com os paradigmas pós e decoloniais, valorizando abordagens críticas, interdisciplinares e interseccionais, em conexão com as teorias antirracistas e as chamadas epistemologias do Sul. Logo nos primeiros semestres, estudantes do Bacharelado em Humanidades têm contato com a história da África, da Revolução Haitiana e da Revolta dos Malês, e aproximam-se de autores como Frantz Fanon e

Amílcar Cabral, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento. Por vezes, esses currículos colocam desafios concretos para professores formados em programas de pós-graduação mais fechados e voltados para escolas de pensamento eurocêntricas (De Lucca, Butti, 2021, p. 125).

Como mencionamos anteriormente, a construção de um bacharelado em Relações Internacionais localizado no interior de um estado nordestino, região sujeita historicamente às desigualdades no contexto nacional, ainda com uma proposta inovadora do ponto de vista epistemológico e da formação acadêmica e profissional, voltada para integração com os países africanos, coloca desafios. Entre eles, podemos destacar: a inserção profissional no território e nos PALOP, tensões e solidariedades entre um corpo discente multicultural em múltiplos sentidos e majoritariamente composto por estudantes negros(as), em sua maioria africanos (as) e um corpo docente igualmente diverso composto majoritariamente por professores(as) brancos(as) que não foram formados(as) em sua maioria por tradições de pensamento do Sul Global, além de questões de infraestrutura, falta de espaço, de recursos apropriados para atividades de pesquisa e extensão, além de inúmeras outras questões. Apesar disso, a proposta curricular do bacharelado tem se dedicado a efetivar o que consideramos como novas propostas de formação nas RI. Como informa o PPC:

O curso de Relações Internacionais do Campus do Malês fundamenta-se nas Epistemologias do Sul global, na interdisciplinaridade e no diálogo com os **Estudos Africanos, os Estudos das relações étnico-raciais e Estudos de gênero e sexualidade**, levando-se em conta a missão na instituição em que está inserida. Para tanto, visa a formação de um profissional intercultural e múltiplo com capacidade crítico-analítica e propositiva. Ou seja, como sujeito de sua ação, a partir de uma compreensão de seu meio social, político, cultural e econômico, de forma democrática e cidadã (UNILAB, 2021, p. 56, grifo nosso).

São exatamente os resultados da proposta curricular, especialmente no que tange aos princípios e pressupostos epistemológicos acima, que buscamos analisar na presente pesquisa. No capítulo a seguir, trataremos da discussão teórica em cada uma dessas áreas e campos de pesquisas grifadas no trecho destacado do PPC.

3 CAMPOS DE PESQUISAS A PARTIR DOS PRINCÍPIOS CURRICULARES DAS RI NA UNILAB

3.1 ESTUDOS AFRICANOS

Os estudos africanos, enquanto um campo de produção de conhecimento sobre o continente africano, historicamente tem relação direta com a dominação colonial dos países africanos: Refletir sobre a forma como se consolida esse estudo de área nos mais variados lugares do planeta perpassa por entender este processo de espoliação de África por potências coloniais. Toda uma gama de conhecimentos especializados sobre a geografia, a história, as filosofias, as culturas e as línguas africanas são capitaneados pelo interesse de pilhagem, expropriação e dominação. Filho (2014) lembra que:

Durante o período colonial, os embriões dos Centros de Estudos Africanos localizados nas capitais imperiais privilegiavam de modo exclusivo o estudo dos povos que habitavam as suas respectivas colônias e o de assuntos a elas pertinentes. Tal monopólio de deveu à necessidade de consolidar os regimes coloniais e de reproduzir as estruturas de dominação nelas implantadas pela presença europeia. Nesse longo e sinuoso processo histórico foram desenvolvidos concomitantemente mecanismos de controle e de governo que incluíam, além dos estudos antropológicos voltados para um maior conhecimento dos povos indígenas, a implementação do registro civil, de sistemas de taxação e de contabilidade, dos censos populacionais, das missões de estudos geográficos, de estudos médicos e antropométricos das populações locais, dos procedimentos de demarcação das fronteiras territoriais e de códigos de justiça específicos para as populações nativas. Esta lista de tópicos revela imediatamente o quanto os estudos africanos desde sempre foram inter(multi)disciplinares, conjugando antropologia, direito, economia, demografia, geografia e medicina, entre outras áreas do saber (p. 25-26).

Para além do período colonial, a interdisciplinaridade dos estudos africanos deriva da complementaridade existente entre as disciplinas acadêmicas que se debruçam sobre o continente africano e seus fenômenos (Hountondji, 2008). A reflexão do filósofo camaronês Paulin Hountondji lança bases para o questionamento e a diferenciação entre os Estudos Africanos enquanto discurso científico sobre África e o conhecimento produzido por africanos(as). Neste caso, na visão de Hountondji, intelectuais africanos(as) deveriam se apropriar desse conhecimento e direcioná-lo de tal maneira a produzir o fortalecimento do debate acadêmico dentro do continente africano e uma agenda de pesquisa determinada pelas necessidades dos povos africanos.

O diagnóstico de Hountondji (2008) é que além dos(as) acadêmicos(as) africanos(as) produzirem quase que absolutamente em língua não-africanas, seus esforços são para estar em interlocução com seus pares ocidentais, gerando assim, não só lacunas para o fortalecimento da

academia em África e debates entre pesquisadores(as) africanos(as) dentro dos Estudos Africanos, mas também a inversão da agenda de pesquisa dos(as) investigadores(as) africanos(as) que estão preocupados com temas e objetos que são unilateralmente interessantes para a academia no Ocidente. Ou seja, os Estudos Africanos são determinados de fora para dentro.

As mais das vezes, tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental. A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Neste sentido, a nossa actividade científica é extravertida, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas. O uso exclusivo de línguas europeias como veículo de expressão científica reforça esta alienação. A maior parte dos nossos compatriotas vê-se de facto excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa investigação, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas. A pequena minoria que as entende, porém, sabe que não é o primeiro destinatário, mas apenas, se tanto, testemunhas ocasionais de um discurso científico primordialmente destinado a outros. (Hountondji, 2008, p. 158)

Mais do que uma definição sobre o que seriam os Estudos Africanos, Hountondji situa um questionamento sobre a quem serve o conhecimento produzido sobre o continente africano e quem controla o discurso científico hegemônico sobre o continente africano. A indagação do autor é pertinente não só para pensar os Estudos Africanos enquanto campo de estudos de área em si, mas também de que maneira foram constituídos e estão alocados dentro de cada país ou região. Se por um lado, a construção dos Estudos Africanos na Europa resultam diretamente do colonialismo, por outro lado, os Estudos Africanos nos EUA são inicialmente financiados por grandes fundações como Ford e Carnegie Corporation (Ferreira, 2010).³

Mais recentemente, os Estudos Africanos passam a incorporar com mais força os Estudos da Diáspora como parte da agenda de pesquisa do campo. Como Akyeampong (2016) prevê, a voz africana dos Estudos Africanos são cada vez mais diaspóricas, seja por intelectuais africanos(as) formados e/ou em formação em universidades fora do continente africano, seja

³ Nos EUA, os Estudos Africanos se desenvolvem como estudos de área, com características interdisciplinares demasiadamente desvinculados aos Estudos da Diáspora (Ferreira, 2010). Os anos 1960 são os anos dourados da consolidação do campo nos EUA como estudos de área, isto devido à efervescência política com as independências africanas e também a luta pelos direitos civis da população negra dos EUA que aumentam o interesse acadêmico pela África (Ferreira, 2010). Outro ponto importante é que os Estudos Africanos foram incentivados pelo governo americano no contexto de disputa geopolítica e de produção técnica-científica com a União Soviética na Guerra Fria. Do ponto de vista metodológico, o campo é fortemente marcado pela Antropologia, haja vista seus fundadores se tratarem de proeminentes antropólogos como o americano Melville Herskovits e o belga Jan Vansina (Ferreira, 2010).

pela parceria de acadêmicos(as) afro-americanos(as) com grande interesse nos Estudos Africanos.

Diferentemente dos EUA, os Estudos Africanos no Brasil surgem dentro de uma agenda de investigação que tem o negro brasileiro como temática. O “problema do negro” na sociedade brasileira no pós-abolição impulsiona uma série de estudos sobre as origens africanas da população negra. Assim, os Estudos Africanos e os Estudos Afro-Brasileiros emergem de forma vinculada (Slickman, 2016, p. 419). De 1888 até os anos 1930, o paradigma das relações raciais na sociedade brasileira é marcado pelo pensamento eugenista e evolucionista, com forte incentivo do Estado para imigração de populações brancas europeias com o intuito de embranquecer a população brasileira. Este primeiro momento do campo dos Estudos Africanos no Brasil foi protagonizado por autores(as) como Nina Rodrigues e Manuel Querino e, posteriormente, por autores(as) como Arthur Ramos, Edison Carneiro, entre outros, o que ficou conhecido como a Escola Baiana.⁴

Os anos 1930, após a Segunda Guerra Mundial, e com a Revolução de 30, o paradigma da identidade nacional brasileira é repensado de tal maneira que uma geração de intelectuais, tanto acadêmicos, quanto artistas, rompem com o racismo do final do século XIX e começo do século XX (Zamparoni, 2007). Dessa geração nasce o “mito das três raças” na formação da sociedade brasileira, onde não importava mais as “reminiscências culturais” e sim o negro mestiço integrado à sociedade brasileira. Nos anos 1950, também surgem intelectuais de formação marxista que passam a criticar o conhecido “mito da democracia racial” de Gilberto Freyre que marca o debate público nacional sobre raça até o começo do século XXI. Importante lembrar que há uma lacuna do interesse pelo continente africano ao longo desses anos.

Posteriormente, há um segundo momento que se deu a partir dos anos 1960 com o processo de institucionalização do campo e foi o mais fundamental dos Estudos Africanos. É importante salientar que nesse segundo momento, muito embora não seja mais intrinsecamente vinculado aos Estudos Afro-Brasileiros, a relação do Brasil com África continua sendo marcada pelo sistema de relações étnico raciais brasileiras (Sansone, 2002). Por um lado, a agenda de política externa, que ficou conhecida como Política Externa Independente (PEI) na administração Quadros e Goulart, inaugura uma política brasileira de alto perfil com países africanos e, assim, além de estabelecer embaixadas em países africanos como Gana e Nigéria,

⁴ Este primeiro momento dos Estudos Africanos resulta numa visão dos “africanismos” e “reminiscências culturais africanas” nas culturas negras no Brasil, a partir de uma perspectiva de que as culturas de matriz yorubana seriam superiores às de matriz bantu, o que ficou conhecido como “nagocentrismo” (Slickman, 2016; Sansone, 2002; Zamparoni, 2007).

e se distanciar de um alinhamento automático com Portugal de Salazar (D'Ávila, 2011), também apoia o já criado em 1959 Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, incentiva a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) em 1961, tornado Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973 da Universidade Cândido Mendes e o Centro de Estudos e Cultura Africana na USP, tornado posteriormente Centro de Estudos Africanos (CEA) (Slickman, 2016). Por outro lado, essa guinada em direção à África é fundamentada pelo trabalho intelectual de Gilberto Freyre, especialmente no que se refere às supostas relações raciais brasileiras e portuguesas benignas e não racistas. Ou seja, o projeto intelectual de Freyre entre anos 1930 e 1940 reverbera tanto naqueles intelectuais e diplomatas com uma visão mais “lusofilica”, quanto naqueles que condenavam o colonialismo português em África e preconizavam uma aproximação com o continente africano devido às inegáveis “afinidades culturais” (Saraiva, 1996).

Os anos 1970, são também importantes com a reorganização de movimentos negros, especialmente o MNU, e isso traz um novo interesse pela África, especialmente de fala portuguesa, com as lutas pelas independências e a luta contra o Apartheid na África do Sul. Essa geração de intelectuais, militantes e pesquisadores(as) negros e negras também contribuem para as atividades do CEAA da Cândido Mendes. Relatos de militantes negros como Cuti, Amauri Pereira, Yedo Ferreira, entre outros, versam sobre como os militantes negros passam a descobrir o continente africano, uma vez que havia um total desconhecimento sobre o mesmo,. O lugar do fundador do CEAA, José Maria Nunes, é fundamental nessa articulação, especialmente no Rio de Janeiro (Alberti; Pereira, 2007).

Os Centros de Estudos Africanos supramencionados continuam atuantes e tanto o CEAO na Bahia, o CEAA no RJ e o CEA em São Paulo continuam sendo centros de referência de produção sobre os Estudos Africanos no Brasil. Muito embora, como qualquer outro campo disputas teóricas e ideológicas no seio da produção acadêmica sobre África, Malomalo (2018) critica que esses centros no Brasil são dominados majoritariamente por acadêmicos brancos que além de separarem a diáspora africana dos interesses de pesquisa dos Estudos Africanos, não incorporam raça enquanto categoria analítica relevante para pensar a experiência africana. Nesse sentido, ele articula a ideia de Novos Estudos Africanos ou Centro de Estudos *Africana* em diálogo com a Afrocentricidade (Asante, 2016). Outro ponto relevante é que o começo do século XXI é marcado com a promulgação das leis 10.639/2003 e 12.711/2012, sendo que a primeira obriga o ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas e a segunda trata de reserva de vagas para negros e pobres nas universidades públicas, Essas leis têm desdobramentos dentro da academia brasileira de maneira à apoiar o surgimento e/ou

consolidação de NEABIs como novas fronteiras de produção de conhecimento sobre África e suas diásporas.

Nas RI, enquanto campo disciplinar, os Estudos Africanos ou o lugar de África dentro da disciplina carrega algumas questões como a periferização dos países do mais velho dos continentes nas dinâmicas de política internacional. Chipaike e Knowledge (2018) argumentam que há um negligenciamento da agência africana, isto é, na consideração dos Estados africanos como aptos não só de influir sobre as relações de poder no cenário internacional, como também de defenderem seus interesses em diferentes conjunturas. Os autores argumentam que, no geral, se atribui a estes Estados uma visão de pobres, sem poder ou desimportantes tanto em teorias “clássicas” como realismo e liberalismo, quanto em teorias pós-positivistas como o construtivismo e o neomarxismo. Gonçalves (2018) argumenta que nas RI as agendas de pesquisas são comumente marcadas a partir de um prisma exógeno, isto é, as investigações se fundamentam em eventos da política ou da economia das grandes potências ocidentais que afetam os países africanos, além do conhecido afropessimismo que inunda os trabalhos com “crises, guerras, pobreza, desastres naturais, etc.” (Wapmuk; Akinkwotu, 2017, p. 11).

Neste sentido, a UNILAB e o Bacharelado em RI da instituição trazem propostas que têm potencial para contrapor uma visão pessimista sobre o continente africano, e portanto, cabe compreender, enquanto objetivo específico, se os trabalhos dos estudantes têm desviado ou reafirmado esse lugar do afropessimismo. Portanto, vamos aferir se as pesquisas abordam tópicos como “crises; guerras; corrupção sistêmica; desastres naturais, etc” ou não, como também buscaremos entender quais temáticas e países se sobressaem enquanto objeto das pesquisas dos discentes do curso a partir das categorias do **Quadro 2**.

3.2 ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SUL GLOBAL

As contribuições dos feminismos para as RI marcam um momento de debates teóricos dentro da disciplina, especialmente nos anos 1980 e 1990, no momento de consolidação do campo. As teorias *mainstream*, com destaque para o Realismo e o Liberalismo, defendem a ideia de anarquia no sistema internacional, de soberania e do Estado como unidade analítica central da compreensão dos fenômenos que o campo busca perscrutar, e portanto, fundamentam uma ontologia que informa essas duas teorias e suas ramificações⁵. Não obstante, no que ficou

⁵ Aqui nos referimos ao segundo debate das RI, com o surgimento de releituras do realismo e liberalismo, conhecidas como neorealismo e neoliberalismo que marcam as RI especialmente do ponto de vista metodológico.

conhecido como terceiro debate⁶ das RI, há também teorias que desafiam esses pressupostos e, além de desvelar outros atores importantes nas relações internacionais, criticam o viés positivista-universalista dessas teorias e os sistemas de opressão arraigados no capitalismo internacional (Monte, 2013).

Conceitualmente, os feminismos atribuem, em primeiro lugar, o gênero como pilar organizador das desigualdades entre homens e mulheres, questionando assim os pressupostos ontológicos e epistemológicos nas RI que historicamente é marcada por perspectivas ocidentais e, portanto, euroamericanas e demasiadamente masculinas. Os feminismos, em sua terceira onda,⁷ introduzem a noção de corpo como fulcral para análise das relações de poder e na produção de conhecimento em RI (Souza; Selis, no prelo). Neste sentido, os feminismos nas RI, segundo Monte (2013), apresentam dois diferentes vieses de operação do gênero como conceito nas RI. O primeiro viés é classificado pela autora como “posição das mulheres” que incluiriam correntes mais preocupadas com compreender as dinâmicas de “marginalização de mulheres nas nos espaços considerados pelas teorias tradicionais como próprios da disciplina” (Monte, 2013, p. 69) e, portanto, suas investigações se concentram mais em “recursos, poderes e autoridade” (*idem*, p. 70) das mulheres em burocracias de Estados, seja no contexto doméstico (parlamentos) ou internacional (na posição *policymakers*), organizações internacionais e etc. O segundo viés é o de “poder de gênero” que se aprofunda mais até mesmo do ponto de vista epistemológico sobre como as relações internacionais, e especialmente suas teorias, são fortemente influenciadas pelo gênero. Monte explica que:

[...] o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais (Monte, 2013, p. 70).

⁶ O terceiro debate ficou conhecido pela ruptura com o positivismo, especialmente a partir do Construtivismo de Alexander Wendt que coloca em cheque a essencialização da ontologia “auto interessada” dos Estados, e argumenta que as relações internacionais resultam de construções sociais, ou seja, os Estados carregam identidades. A partir dessa ruptura com o positivismo, outras teorias como o pós-colonialismo, Teoria Crítica, pós-modernismo e o feminismo surgem dentro de cenário teórico das RI.

⁷ Souza e Selis (no prelo) demonstram que a terceira onda do feminismo dos anos 90, no qual o debate sobre raça, nacionalidade e colonialismo, religiosidade, etnicidade, interseccionalidade adentram no debate feminista mundial. Elas argumentam que esses feminismos do Sul Global introduzem a noção de “corpo território” que tencionam epistemologicamente as teorias mainstream das RI.

Dentro desses dois prismas, Monte (2013) discorre sobre algumas correntes como “feministas liberais”, “feministas radicais”, “feministas socialistas”, “feministas pós-modernas e pós-coloniais” e “ecofeministas”. Cada uma dessas correntes têm uma perspectiva distinta sobre a compreensão do patriarcado enquanto sistema e da operação do gênero em torno da transformação da realidade. Como não é do interesse desta monografia demonstrar minuciosamente cada uma dessas perspectivas⁸, vamos nos ater aos feminismos pós-coloniais ou feminismos do Sul Global.

Os feminismos do Sul Global surgem, tal como o feminismo liberal, dentro do terceiro debate das RI e na conhecida terceira onda do feminismo que tem desdobramentos tanto dentro da academia, quanto dos movimentos sociais em diferentes países do Norte e do Sul Global. Os feminismos no Sul Global são diversos e, por isso é mais adequado usá-lo no plural “feminismos do Sul”, fundamentalmente se defrontam com as críticas sobre o conceito de gênero e mulher universalizantes ocidentais. Além disso, esses feminismos subalternos (Souza; Selis, no prelo) atribuem à opressão das mulheres mais do que o patriarcado em si, mas a equação deste com outros sistemas de opressão como o racismo, o capitalismo, o colonialismo e até mesmo a questão climática.

No continente africano, o movimento de mulheres africanas têm origens antes do período colonial e as mulheres foram fundamentais para a promoção das independências africanas (Ferreira, 2022). No entanto, com a constituição dos Estados independentes, especialmente de regimes monopartidários, estes passam a cooptar essas organizações de mulheres africanas a partir do que Ferreira (2022) assente nas contribuições de Amina Mama (1995) apresenta como a *femocracia*⁹. Muitas organizações são fundadas a partir da femocracia, mas, com a crise econômica dos anos 1980, elas perdem força especialmente no financiamento (Ferreira, 2022). Os anos 1980 e 1990 são marcados pelo surgimento dos movimentos de mulheres africanas agora sob a égide do feminismo africano que se consolidam a partir da atuação de mulheres africanas em cúpulas como Conferências Mundiais Sobre a Mulher da ONU de 1975 (México), 1985 (Quênia) e 1995 (Pequim) (Ferreira, 2022, p. 271). Em 2006, é redigida a *Carta de Princípios Feministas para Feministas Africanas*¹⁰ que consolida os principais pontos teóricos e práticos dos feminismos africanos.

⁸ Na primeira seção do artigo “O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais”, Monte (2018) demonstra detalhadamente cada uma dessas correntes.

⁹ Segundo Ferreira (2022, p. 264), a femocracia consiste na “prática de alguns governos de empossar primeiras-damas e/ou familiares de chefes de Estado como presidentes das principais organizações de mulheres e/ou a organização guarda-chuva do país.”

¹⁰ Essa carta teve acesso a partir do trabalho de Ferreira (2022) ; < [Carta de Princípios Feministas — Ondjango Feminista](#) > Acesso em: 21 de maio de 2025

Não poderíamos deixar de mencionar que as contribuições de teorias africanas para os Estudos de Gênero problematiza fundamentalmente a formação do conceito de gênero e de mulher no Ocidente. Portanto, textos clássicos da sociologia africana como de Afi Amadiume (2015) e de Oyeronke Oyewumi (2021), trazem a lume as tradições do matriarcado africano e os conceitos e posições em torno da mulher nas línguas autóctones africanas. As críticas dessas autoras se redirecionam especialmente à construção dualista do patriarcado ocidental e a ideia de família nuclear, sobretudo, seus principais conceitos: “mulher; gênero e sororidade” (Souza; Selis, no prelo, p. 276). Souza e Selis (no prelo) argumentam que a principal contribuição dessas autoras ao criticar a noção de gênero liberal é trazer o corpo como ator não individualizado, mas territorializado.

Ao desacoplar as perspectivas de gênero do imaginário neoliberal, promove-se um deslocamento das noções ocidentais de público e privado. Quando o corpo é tomado como território e desligado de suas fronteiras individuais, ele também é retirado do isolamento doméstico. As violações e extrações de valor perpetradas contra os corpos das mulheres não são diferentes, nem separadas, das razões e significados dos conflitos promovidos em nome da soberania ou do capital. A razão de Estado, termo que fundamenta a linguagem política das RI, tem seu significado revisto e ampliado pelo encontro entre teorias de poder e proposições feministas. Para estas, a ideia de uma soberania sobre o próprio corpo contesta o monopólio jurídico do Estado sobre esse princípio. A soberania é então concebida como um direito de resistência do corpo-território das mulheres contra os avanços violentos dos homens, do Estado e do neoliberalismo (Souza; Selis, 2024, no prelo).

No Brasil, as contribuições teóricas e políticas do feminismo negro incidem sobre a conquista de uma série de direitos para mulheres, especialmente mulheres negras. Suas contribuições localizam as mulheres negras afro-brasileiras no cenário das lutas sociais nacional em crítica aberta ao racismo do movimento feminista brasileiro e ao sexismo de segmentos dos movimentos negros. A análise minuciosa de Lélia Gonzalez (2018) sobre as características do racismo e do sexismo brasileiro que tem como alvo preferencial a mulher negra, e a formação da “cultura brasileira”, evidencia uma espécie de neurose cultural que, se por um lado, abraça o símbolo negro e da mulher negra em particular como representação da cultura nacional, por outro lado, trata-se de um ressentimento e recalque que aniquila e subalterniza o sujeito negro física e simbolicamente.

A nível das relações internacionais, a categoria de *Amefricanidade* pensada por Gonzalez (2018) compreende a experiência da população afrodescendente nas Américas como particulares, tanto do ponto de vista da sistematização de culturas negras, como em relação ao enfrentamento ao racismo ibérico-latino-americano que apresenta algumas aspectos em comuns como a negação da sua própria existência, continuum de cor, embranquecimento etc. Ainda,

Gonzalez (2018) em “Feminismo Afrolatinoamericano” se debruça sobre sua própria experiência de militância política, que não à toa espelha as experiências de inúmeras mulheres racializadas. A proposição de Lélia para o Movimento de Mulheres é oriunda de sua experiência dentro do Movimento Negro brasileiro, pois como ela mesmo afirma, a conscientização das mulheres amefricanas e ameríndias se dá em primeira instância pelo viés racial, o que não anula o sexismo dentro do Movimento Negro, mas indica que em sua experiência organizativa, a identificação a partir da raça é mais forte devido aos laços históricos e culturais que grupos afrodescendentes ou indígenas têm. Objetivamente a proposta é a articulação entre raça, classe, sexo e poder com o fim de desvelar as nuances da opressão sofrida por mulheres negras e originárias em várias instâncias das sociedades americanas, seja nos movimentos sociais como no mercado de trabalho ou meios de comunicação de massa.

Na perspectiva do Bacharelado em RI da UNILAB, que preconiza os estudos de gênero como um dos pilares da construção do curso, e no qual mais de 90% das mulheres que terminam o curso são mulheres africanas, é imperativo entender de que maneira os estudos de gênero e os feminismos em particular têm sido mobilizados como correntes teóricas. Cabe também entender qual porção do conjunto de pesquisas têm se dedicado aos estudos de gênero e sexualidade, quais são seus principais objetos e análises e quem são, do ponto de vista do gênero, esses(as) pesquisadores(as). As categorias testadas para tal se encontram sistematizadas no **Quadro 2**.

3.3 COOPERAÇÃO SUL-SUL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EXTERNA

Cooperação Sul-Sul, políticas públicas e análise de política externa fazem parte dos pressupostos epistemológicos e são um dos pilares centrais do PPC do bacharelado em Relações Internacionais da Unilab. O PPC prioriza formar quadros que possam fazer avaliações críticas de projetos de cooperação e de políticas públicas e análise de política externa. A análise de políticas públicas é um campo da Ciência Política e nas RI a análise comparada de políticas públicas, transferência/difusão de políticas públicas compõem temáticas importantes de pesquisa acadêmica e atuação profissional. É fundamental considerar que a produção científica do lugar que analisamos, no caso do bacharelado de RI da UNILAB, é resultado direto de viés de política externa inclinada para o multilateralismo e para a cooperação Sul-Sul. Assim, partimos do pressuposto que a política externa é também uma política pública (Milani; Pinheiro, 2013), que tal como outras políticas públicas é transpassada por uma miríade de interesses de agentes da burocracia do Estado, de grupos empresariais, movimentos sociais e

sociedade civil, etc. Portanto, aqui nesta subseção abordaremos brevemente a análise de política pública, de política externa e de projetos de cooperação, dentro do campo das RI e da história da cooperação Sul-Sul.

Segundo Marques (2013, p. 24), a política pública se define pelo “conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo”. A partir desta definição, entendemos que a subárea de análise de política pública (APP) compõe um dos interesses centrais e têm se tornado cada vez mais objeto do interesse de pesquisadores(as) da Ciência Política e das RI em particular, uma vez que ambas as subáreas têm entrecruzado suas contribuições metodológicas. Portanto, analistas da APE têm se utilizado de modelos explicativos da APP, tanto no exterior quanto no Brasil (Pinheiro; Gonçalves, 2023). Por este motivo, a partir do que Pinheiro e Gonçalves (2023) identificam na literatura enquanto “*fertilização cruzada*” entre as Análises de Políticas Públicas (APP) e Análise de Política Externa (APE), optamos por pensar essas subáreas em conjunto.

No Brasil, autores como Milani e Pinheiro (2013) lançam mão do desafio de refletir sobre essas duas áreas em conjunto. Eles argumentam que a política externa deve ser avaliada enquanto uma política pública. A perspectiva dos autores desafia a concepção insulada de PEB ao considerar atores não-estatais incidindo sobre a política externa, ou seja, a pluralidade de interesses que circunscrevem a formulação da política externa de maneira a refletir o conjunto de atores, especialmente da sociedade civil. Portanto, a política externa é uma política pública na medida que ela espelha essa pluralidade a despeito da mesma não estar isenta às desigualdades inerentes à relação de forças no plano doméstico.

Tal pluralidade envolve, além dos muitos atores estatais não tradicionais que desafiam o alegado monopólio do Itamaraty (ministérios e agências federais, entidades subnacionais etc.), inúmeros atores não-estatais que podem defender interesses públicos e coletivos (saúde pública, direitos humanos, educação, cultura...), mas também interesses de determinados grupos e setores econômicos e culturais da sociedade brasileira (associações, movimentos sociais, empresas...). Essa pluralidade de atores e interesses decorre do fato de que tanto a ordem internacional como a doméstica, apesar das desigualdades e das diferenças que conformam suas estruturas, deixam em aberto – e de modo nem sempre previsível – vários espaços para a ação política. Posta dessa maneira, a pluralidade acaba por desafiar a nossa capacidade analítica de localizar com precisão o lócus institucional e o agente par excellence da decisão em matéria de política externa (Milani; Pinheiro, 2013, p. 18).

A definição de Milani e Pinheiro (2013) de política externa enquanto política constata que o processo decisório, por mais que tenha um viés de outorga pelo governo que a implementa, também tem presente no processo de formulação atores subnacionais como Poderes Judiciários e Legislativos, Ministérios, estados, prefeituras e agências governamentais,

além de atores não governamentais que incidem politicamente como empresas, ONGs, movimentos sociais, *think tanks* etc. Essa concepção é perpassada por alguns pontos. Em primeiro lugar, a autorização de uma política externa é atributo do governo, ou seja, a ação internacional de atores não-governamentais não seria do reino da política externa, e sim a incidência política que estes fazem sob as instâncias governamentais. Em segundo lugar, conseqüentemente, a política externa está “associada a alguma forma de “autorização estatal” (Milani; Pinheiro, 2013, p. 21). Em terceiro lugar, esta perspectiva desafia inclusive a ideia monolítica de interesse nacional da teoria realista para pensar a política externa, ao considerar a pluralidade de atores que influem, mais ou menos, sobre a formulação da ação do governo no exterior. Em quarto lugar, neste enquadramento da política externa enquanto política pública, a política externa está sujeita não só no processo de escolha do governo, mas também de “coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos” (Milani; Pinheiro, 2013, p. 24).

No que se refere à APP, a internacionalização de políticas públicas é considerada a partir dos dois paradigmas que Faria (2018) coloca sobre mudanças e diversidade na discussão teórica sobre políticas públicas: transferências de políticas públicas e difusão de políticas. Segundo Faria, o primeiro paradigma normalmente se dedica à maneira como um país importa políticas públicas de outras nações, e o segundo paradigma se refere normalmente à “inovações, políticas e programas” que são passados de uma entidade governamental para outra. A transferência/difusão de políticas públicas é um instrumento de cooperação internacional e países como o Brasil que historicamente são importadores de políticas públicas têm se tornado também exportadores das mesmas, sendo inclusive uma de suas estratégias de inserção internacional (Faria, 2012, p. 337).

A partir deste quadro, a APP e APE se retroalimentam analiticamente, e a cooperação internacional consiste em um mecanismo de política externa que não só pode implementar transferência/difusão de políticas públicas, como também ser motor para implementar políticas públicas de caráter internacional, como é o caso da UNILAB. Nesse sentido, no âmbito desta pesquisa, buscamos testar categorias que busquem mensurar o quanto o conjunto dos trabalhos se dedicam à cooperação, a APP e a APE e identificar os objetos que mais aparecem no âmbito destas temáticas.

3.4 RAÇA, RACISMO E ESTUDOS DA DIÁSPORA

Os estudos da política internacional surgem institucionalmente na universidade a partir de um interesse em entender as relações entre povos. Neste sentido, a questão racial é central, o que evidencia-se através do fato de que um dos anais acadêmicos de maior prestígio e anterioridade nas RI, a revista *Foreign Affairs*, que tem como preocupação central a expansão do imperialismo no mundo, chamava-se anteriormente *Journal of Race Development* (Quadros, 2019; Bell, 2013; Le Melle, 2009). Os interesses dos primeiros momentos desta revista estavam em torno do dilema de levar a “civilização” para as raças não-brancas (Vargas, 2022; Le Melle, 2009). As teorias *mainstream*, especialmente o realismo, o liberalismo e suas derivações, que fortalecem a consolidação da disciplina enquanto uma área autônoma e independente da Ciência Política, têm negligenciado o lugar da raça e do racismo na estruturação do sistema internacional (Quadros, 2019). Do ponto de vista do ensino, as RI no Brasil tem seguido esse mesmo caminho e, segundo Silva (2023), o campo disciplinar faz manutenção de privilégios de homens brancos do ponto de vista institucional e teórico,

O que pode parecer uma contradição à primeira vista é, na verdade, uma continuidade, de dispositivo de poder dentro das RI. Embora a questão racial seja inaugurante do campo, ela é ao mesmo tempo negligenciada enquanto fenômeno de análise das principais teorias que consolidam o mesmo e não é atoa que este se torna, do início do século XX até os anos 1980, um reduto quase que exclusivo de ontologias euro-norte-americanas racialmente enviesadas e patriarcais por excelência. A partir do terceiro debate, conhecido como debate interparadigmático, surgem perspectivas teóricas que criticam em primeiro lugar a noção de anarquia internacional¹¹ como característica dada do sistema internacional e também a ontologia que considera os Estados como unidades monolíticas nas análises de política internacional. Destaca-se especialmente as contribuições do construtivismo de Alexander Wendt (2013) que vai argumentar que as relações internacionais resultam de construções sociais e, portanto, os interesses dos Estados também resultam das mesmas. Wendt abre caminho para outras teorias pós-positivistas como teoria crítica, pós-colonialismo, feminismos e etc.

O cânone das teorias das RI não está preocupado com a questão de raça na estruturação do sistema internacional, tal como os Estados hegemônicos não estão interessados à ponderar

¹¹ O conceito de anarquia internacional deriva do Neorealismo organizado por Kenneth Waltz em *Teoria de Relações Internacionais*, 1979. Em termos gerais, o conceito pretende traduzir a ausência de um ente ou força central que regulasse a governança global, isto é, devido a ideia de soberania e de Estados permanentemente e invariavelmente auto-interessados não haveria um Estado ou organização que influísse verticalmente sobre o comportamento dos Estados já que estes, a partir da ideia de soberania do realismo, unidades independentes.

que o que constitui a raça como algo global são as consequências do colonialismo e da escravidão racial nas desigualdades entre países e povos. No entanto, é preciso considerar que ainda no começo do século XX, antes da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, W.E.B Du Bois, intelectual afro-americano, em sua seminal obra *As Almas da Gente Negra* (1999) aduz que o problema do século XX seria o problema da linha de cor. Esse conceito de linha de cor é embrionário de uma análise do racismo internacional e de que maneira os Estados e povos estão posicionados dentro de hierarquias raciais na arena internacional. Posteriormente, outros intelectuais pós-coloniais contribuem para uma compreensão mais ampla sobre as intersecções entre racismo, colonialismo e desenvolvimento como Fanon (2005), Moore (2008), Nascimento (2016; 2019), Gonzalez (2018), Gilroy (2016), entre outros.

No Brasil, o paradigma da democracia racial defendida por intelectuais e artistas brasileiros desde os anos 1930, especialmente influenciados pelas ideias de Gilberto Freyre, influi não só sobre o contexto doméstico (Sodré, 2015), mas também na política externa, ou melhor, na imagem internacional que a política externa brasileira construiu ao longo do século XX de que o Brasil tinha uma sociedade racialmente benigna e sem desigualdades em seu ínterim (D'Ávila, 2011). Por esse motivo que há o interesse da ONU nos anos 1950, a partir de um projeto da UNESCO, em conduzir uma pesquisa que investiga se era factual ou não as relações raciais equânimes, especialmente após o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial. As pesquisas acabam por desmistificar a ideia de igualdade racial plena no Brasil e demonstram que os grupos raciais brasileiros tinham experiências sociais e oportunidades distintas. Ou seja, o racismo no Brasil era uma realidade concreta, fundamentada a partir de pesquisa científica. Obras como *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* de Florestan Fernandes (2008) resultam dessa pesquisa.

Além dos(as) pesquisadores(as), especialmente de São Paulo, que refutaram a ideia de democracia racial em suas pesquisas, o mito da democracia racial é também desmantelado pelos esforços de muitos(as) intelectuais do movimento negro brasileiro que se dedicam a demolir este mito, tanto no discurso científico, quanto no debate público da sociedade brasileira, especialmente na geração de militantes negros das décadas de 1970 e posteriores. Destacam-se dois intelectuais em específico que têm um trânsito em eventos e congressos internacionais e desenvolvem análises e conceitos que podem ser operados para localizar uma perspectiva afro-brasileira para as relações internacionais. O primeiro é Abdias do Nascimento que tem um trânsito internacional significativo, especialmente em congressos e cúpulas do Mundo Africano, sendo a figura mais importante do Pan-Africanismo no século XX a partir do Brasil. Rocha

(2024) relembra que Nascimento teve uma trajetória de reinvenções, releituras e re-edições de si mesmo e de sua obra ao longo do tempo.

Com uma experiência de auto exílio nos Estados Unidos por quase 20 anos e uma presença marcante em congressos como Conferência Pan-Africana Preparatória em Kingston – 1973, 2º Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac’77), Ilê Ifê –1977, 1º e 2º Congresso de Culturas Negras das Américas, Cali – 1977/ Panamá –1980, Abdias Nascimento veiculou denúncias e análises sobre a realidade do negro brasileiro em terras estrangeiras (Rocha, 2024). Suas experiências resultam em críticas à práticas de exclusão e de camuflagem da situação de desigualdade racial brasileira pelo Itamaraty, articulando inclusive uma denúncia de genocídio contra o negro brasileiro pela primeira vez na história (Rocha, 2024). Uma das contribuições teóricas e políticas de Nascimento centrais no âmbito do Pan-Africanismo de viés nacionalista é a ideia do Quilombismo lançada no 2º Congresso de Cultura Negra no Panamá e elaborada muito em diálogo com o socialismo africano comunalista de Julius Nyerere (Rocha, 2014). O Quilombismo defende a autodeterminação dos povos negros no mundo, especialmente no Brasil, e localiza a contribuição da luta histórica de negros brasileiros espelhada na prática de aquilombamento para o mundo africano.

Outra intelectual que pensa a realidade racial brasileira e pode ser utilizada para entender as relações raciais à nível internacional é Lélia Gonzalez, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) que teve uma extensa participação em debates acadêmicos e políticos sobre a questão racial no Brasil e é considerada uma das figuras mais proeminentes do feminismo negro brasileiro, sendo referendada até por figuras internacionais da luta contra o racismo como Angela Davis¹². Gonzalez teve uma atuação política em congressos internacionais sobre feminismo negro e a questão racial. A nível conceitual, em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* publicado no ano de 1980, Gonzalez (2018) pensa o entrecruzamento da opressão de raça e gênero na experiência de mulheres negras a partir dos conceitos de racismo por omissão/ racismo por denegação e neurose cultural brasileira, ambos conceitos que refletem sobre aspectos ideológicos e psicológicos da produção das desigualdades. O primeiro conceito desnuda dispositivos discursivos forjados pela elite dominante brasileira em censurar o debate sobre raça no Brasil a partir do “mito da democracia racial”, já o segundo conceito dialoga com psicanálise a partir dos conceitos de consciência e memória lacanianos. Lélia defende que a cultura brasileira naturaliza a opressão racial e de

¹² Em 2019, Angela Davis veio ao Brasil e mencionou algumas vezes a importância do mundo conhecer a contribuição intelectual e política de Lélia Gonzalez, em uma entrevista concedida ao Brasil de Fato a mesma enfatiza novamente isso. <https://www.youtube.com/watch?v=j4rQBkHQOgw> Acesso em: 11 nov. 2025.

gênero, ainda que reproduza um discurso sobre si no qual a cultura negra é seu principal constituinte.

Outro importante conceito sistematizado por Gonzalez é a categoria política-cultural da Amefricanidade (Gonzalez, 2018). Muito embora seja ainda incipiente sua utilização em textos da área das RI, trabalhos como de Nascimento (2021), Andrade (2023) e Bezerra (2023) evidenciam esse diálogo. O conceito de Amefricanidade reflete sobre os processos de racialização e a existência de dispositivos discursivos sobre o racismo similares nos países da América Latina como negação da existência do racismo, ode à mestiçagem como escamoteamento do embranquecimento, e a discriminação racial a partir do continuum de cor. Em contraponto, o conceito também sistematiza experiências históricas de resistência negra nas Américas que são forjadas dentro de sistemas culturais afro diaspóricos espalhados pelo continente americano. O potencial analítico da amefricanidade reside tanto no desvelamento de padrões de discriminação racial sistemática nos países latino americanos, como também no diálogo com teorias e proposições políticas negras no mundo como o Pan-Africanismo, a Negritude e a Afrocentricidade (Gonzalez, 2018).

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria da Amefricanidade incorpora todo processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. [...] Seu valor metodológico, ao meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. (Gonzalez, 2018, p. 330)

As proposições conceituais e políticas de intelectuais que tiveram atuação internacional tal como Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento fazem parte do histórico do pensamento social negro na Diáspora Africana no século XX. Gonzalez coloca que “ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada” (Gonzalez, 2018, p. 330). Por isso, além da contribuição sobre raça e racismo que estes autores(as) fizeram a partir do Brasil, destacam-se também o diálogo com os(as) autores(as) de outras partes do mundo como Franz Fanon, George Padmore, Walter Rodney, W.E.B Du Bois, entre muitos outros. Assim, os Estudos da Diáspora, especificamente da experiência africana e afrodescendente, enquanto fenômeno global, tem potencial não só de investigação como de

ferramenta analítica para escrutinar as relações políticas e econômicas entre nações e entre povos.

Um dos clássicos do fim do século XX, *Atlântico Negro* de Paul Gilroy (2012), se torna uma obra que elabora conceitualmente a partir das histórias de biografias africanas o Atlântico Negro. Este desafia não só o estadocentrismo, do “nacionalismo metodológico” inextricável ao supremacismo branco na Europa presente em correntes idealistas e realistas (Gonzaga, 2023), mas também oportuniza ponderar a produção política da raça e seus desdobramentos na geopolítica mundial. Gonzaga (2023), ao argumentar sobre o valor desta obra e do autor afro-britânico, afirma que:

O trabalho de Gilroy, nesse sentido, é crucial para nossos propósitos com esse texto ao demonstrar que as nações e suas comunidades sofrem interferências das políticas de raça, ou seja, que o racismo é um elemento fundamental na imaginação da comunidade e suas noções militarizadas e patriarcais de povo. O autor afirma em várias oportunidades que as políticas de raça situam-se em diferentes escalas e que os regimes geopolíticos, as comunidades internacionais e as alianças entre nações são influenciadas pelas crenças racializadas do “ocidentalismo” e do particularismo europeu produzidas pelo supremacismo branco. **Agora que raça e racismo estão sendo introduzidos como lentes importantes para se compreender as Relações Internacionais, deve-se considerar que um revisionismo será necessário a fim de avaliar seriamente os efeitos da raciologia na construção geopolítica do mundo moderno** (Gonzaga, 2023, p. 61, grifo nosso).

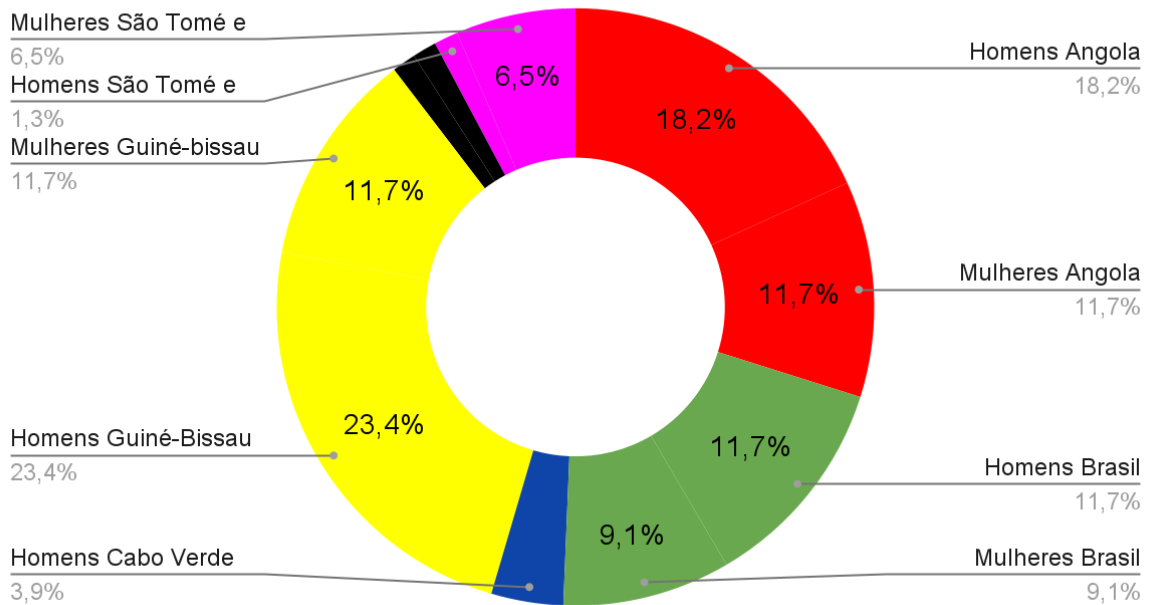
Nesse sentido, o corpo discente de graduados(as) pelo bacharelado da Unilab, além de consolidar, ainda que de forma embrionária, os Estudos Africanos nas RI, também tem potencial de realizar esse revisionismo da área no que se refere à inclusão da raça e do racismo enquanto um fenômeno internacional. Isso acontece uma vez que o curso de Relações Internacionais na UNILAB atribui uma importância programática a discussão sobre o colonialismo e o racismo, apontando o estudo das relações étnico-raciais como um dos eixos centrais da formação do curso. Neste sentido, cabe destacar que mais de 90% dos estudantes que concluíram o curso são estudantes africanos e afro-brasileiros que vivenciam uma experiência racial e racializante no contexto da cidade São Francisco do Conde, como constatam Bendo (2016), Cardoso (2024), Sumba (2019) e Bandeira (2025). Assim, torna-se interessante entender qual a proporção dos TCCs que se debruçam direta ou indiretamente sobre a questão racial, tanto na política internacional, como na produção de conhecimento nas RI.

4 BACHARÉIS E EGRESSOS EM RI DA UNILAB: QUEM SÃO E O QUE PRODUZIRAM?

Os(as) autores(as) tratam-se dos(as) alunos(as) formados(as) pelo Bacharelado em Relações Internacionais desde do início do curso (2017), e no caso, da primeira turma de formandos(as) advindos(as) do primeiro ciclo no Bacharelado em Humanidades em 2019 até a última turma de formandos(as) em novembro de 2024. O conjunto de discentes egressos(as) é formado por estudantes internacionais e nacionais, tal como os demais cursos da UNILAB. No entanto, em Relações Internacionais há uma presença mais significativa de estudantes internacionais com relação aos nacionais, característica esta que não se apresenta com tanta força nos demais cursos do Campus dos Malês. Atualmente, o curso de RI continua com esse aspecto: dos estudantes atualmente (2025) com matrícula ativas, há 83 estudantes internacionais e 36 estudantes brasileiros (as). No entanto, diferente de antes, se considerarmos o critério de nacionalidade, os(as) estudantes brasileiros(as) são maioria, seguido de Guiné-Bissau com 33 estudantes, Angola com 32 estudantes, Moçambique com 13 estudantes, São Tomé e Príncipe com 3 estudantes e Timor Leste com 2 estudantes¹³.

Dos autores analisados, estamos falando de 77 autores(as): 46 homens e 31 mulheres de 6 nacionalidades (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe). Trata-se de 14 homens angolanos e 9 mulheres angolanas, 9 homens brasileiros e 7 mulheres brasileiras, 3 homens cabo-verdianos, 18 homens e 9 mulheres guineenses, 1 homem moçambicano e 1 mulher moçambicana, 1 homem e 5 mulheres são-tomenses (**Gráfico 1**). Os homens representam por volta de 59,8% do total de autores(as), ao passo que as mulheres representam por volta de 40,2 %

¹³ Estes dados foram obtidos com a Seção de Registro Acadêmico do Campus dos Malês. Email: sra@unilab.edu.br

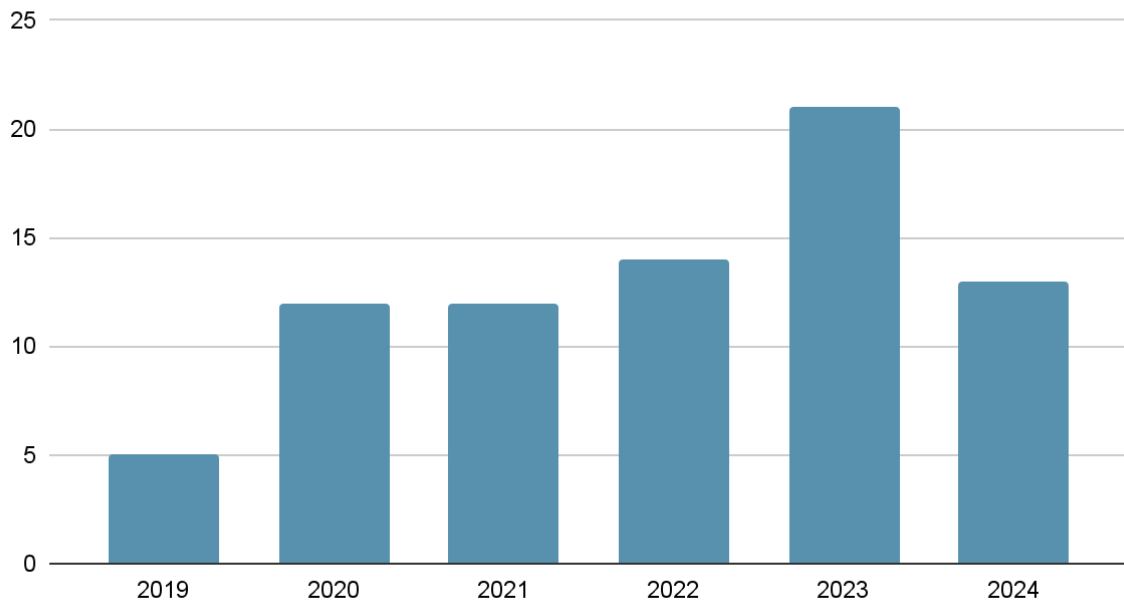
Gráfico 1 - Autores e autoras dos TCCs por gênero e nacionalidade**Autores(as)**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir do Google Docs.

Os dados demonstram que, por mais que a maioria dos(as) autores(as) sejam de homens, há também uma percentagem significativa de autoras, o que indica que a opção pelo curso e a finalização do mesmo tem caminhado no sentido de dirimir as desigualdades de gênero na área de RI que tem um histórico de ser composto majoritariamente por homens brancos (SILVA, 2023). Como fica visível no **Gráfico 1**, a presença dos(as) estudantes africanos(as) é maior do que de estudantes brasileiros(as), ao passo que entre os(as) estudantes africanos(as), estudantes guineenses compõem o maior grupo de egressos até então, seguido de estudantes angolanos(as). O terceiro maior grupo de egressos são os(as) estudantes brasileiros(as), seguido de estudantes são-tomenses, cabo-verdianos(as) e moçambicanos(as). Essa característica do curso ser composto majoritariamente por estudantes internacionais têm mudado progressivamente. Embora ainda seja verdade que estudantes internacionais são a maioria com matrícula ativa no curso, atualmente a nacionalidade com maior número de estudantes é a brasileira.

Gráfico 2 - Produção de textos entre 2019-2024

Produção ao longo tempo



Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir do Google Docs.

O **Gráfico 2** ilustra que os primeiros trabalhos foram depositados no Repositório Institucional no ano de 2019, representando a primeira turma de concluintes. O número de formados na primeira turma é relativamente baixo, mas nos dois anos subsequentes (2020, 2021) há um aumento de 140% em relação ao primeiro ano, e já em 2022 há um aumento de 16,67% em relação aos dois anos anteriores. eO ano de 2023 é que tem mais concluintes até o atual momento e tem um aumento de 50% em relação ao ano anterior, ao passo que em 2024 há uma significativa redução e um decréscimo de 38,1%.

Na divisão temática, em primeiro lugar, separamos as palavras-chave de todos os resumos, dispondo abaixo na **Tabela 1**. as palavras que mais aparecem nos 77 trabalhos analisados. Apresentamos aqui as palavras que aparecem 5 vezes ou mais. É importante apontar que há palavras-chaves que são constituídas por mais de uma palavra e, nestes casos, optamos por apresentar as palavras separadamente, por exemplo: a palavra *relações (relação)* e *internacionais (internacional)* foram computadas separadamente, com exceção das palavras-chaves que são nomes de países formados por duas palavras como o caso de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Como no exemplo anterior, as palavras no plural e no singular foram computadas em conjunto, além disso, excluímos da tabela preposições e conjunções.

Tabela 1 - Frequências de palavras-chaves dos trabalhos

Palavras-chave	Frequência (vezes)
Relações (relação)	59
Econômicas (econômico, econômica)	40
Exteriores (exterior)	47
Angola ; Guiné-Bissau	31
Internacionais (Internacional)	30
Política (políticas)	27
África	25
Mulheres (mulher)	22
Brasil	16
China	15
Cooperação	14
Desenvolvimento; Sul-Sul (Sul) ¹⁴	12
Governo; Estado (estados); unidos (unidas)	9
História; integração; casos (caso); estudos (estudo)	8
Cabo Verde; ocidental; segurança;	7
Alimentar; atividades; comunidade; educação; sociais (social); africanos (africano, africana, africanas)	6
Economia; Moçambique; nações; ambientais (ambiental); direitos (direito)	5

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020.

Em segundo lugar, separamos os resumos (*abstracts*) na íntegra e, com o intuito de oferecer uma percepção mais visual, a nuvem de palavras dos resumos não tem exclusão de nenhuma palavra e/ou aglutinamento de palavras no plural e no singular. Portanto, na **Figura 1**, abaixo é possível contemplar o tamanho das palavras de acordo com a frequência que elas aparecem entre todos os resumos juntos.

¹⁴ A palavra-chave Sul-Sul foi contabilizada em adição da palavra Sul.

Tabela 2 - Distribuição dos TCCs por temáticas

Temática	Nº de trabalhos
Estudos de gênero e sexualidade	14
Estudos Africanos	54
Cooperação Sul-Sul e políticas públicas	15
Economia política internacional, Comércio Exterior/internacional e infraestrutura	13
Regionalismo, integração regional e organizações internacionais	10
Política Externa	12
Questões ambientais e mudanças climáticas	8
Diplomacia	8
Migrações, refugiados e mobilidades	5
Segurança	5
Soberania Alimentar e temas correlatos	4
Questões religiosas, artísticas e culturais	4
Direito Internacional, direitos humanos, Regimes internacionais e temas correlatos	4
Questão de redes, dados e mundo digital	2
ONGs e Movimentos Sociais Transnacionais	2
Filosofia e Teorias das RI	3

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020.

Do ponto de vista das teorias, testamos as categorias representativas das principais teorias das RI, apontando a frequência de vezes que o nome dessas teorias aparecem no conjunto de textos. Isso não indica necessariamente as teorias utilizadas por cada trabalho, mas sim a incidência de vezes que os(as) autores(as) de maneira geral se referem às teorias, ou seja, com quais teorias está havendo mais diálogo, tanto do ponto de vista da aplicação das mesmas, quanto de críticas.

Tabela 3 - Frequência de categorias de teorias

Teorias	Nº de vezes mencionada	Qt de documentos.
Realismo	43	14
Liberalismo	26	15
Neoliberalismo institucionalista	22	11
Neorrealismo	5	4
Teoria Crítica	7	5
Marxismo / Neomarxismo / Teoria Sistema-Mundo	6	6
Feminismos	155	15
Construtivismo	37	7
Pós-Colonialismo / Teoria Pós-Colonial	11	4
Decolonialidade / Teoria decolonial	3	3
Pan-Africanismo	38	7

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020.

Na análise da **Tabela 3.**, o que fica evidente é que as teorias que mais têm amplitude no conjunto de documentos são os Feminismos, Realismo, Liberalismo, Construtivismo e Neoliberalismo Institucionalista¹⁵. O que podemos inferir é que os Feminismos têm sido as teorias pós-positivistas, do conhecido terceiro debate, mais mencionadas em um maior número de documentos, seguido do Construtivismo e do Pan-Africanismo¹⁶. As teorias clássicas do primeiro debate (Realismo e Liberalismo) também têm relevância do ponto de vista da frequência e do alcance em número de documentos. As teorias menos mencionadas e com menor número de documentos são Teoria Decolonial e Neorrealismo. Com exceção do Feminismo (mencionada 155 vezes), as teorias pós-positivistas são pouco mencionadas, o que indica que a produção, no geral, não está preocupada com essas teorias, o que contrapõe o pressuposto da Epistemologia do Sul presente no PPC do curso. Na verdade, esses dados

¹⁵ No caso do “neoliberalismo institucionalista” é preciso considerar que a teoria também pode significar um estágio do modo de produção capitalista, portanto, torna-se importante considerar que nem sempre quando a palavra está sendo mencionada é necessariamente enquanto teoria de RI. No âmbito da metodologia adotada neste trabalho, seria inviável contextualizar cada menção da teoria.

¹⁶ É importante deixar claro que o “Pan-africanismo”, embora possa ser utilizado enquanto teoria das RI, trata também de uma proposição política e de um fenômeno da política internacional africano e afrodiaspórico. Portanto, quando mencionado, o Pan-Africanismo não necessariamente se refere a sua utilização enquanto teoria de RI.

analisados de maneira geral demonstram, por um lado, que dentro do conjunto de textos não há muita preocupação com as teorias visto que as teorias que aparecem em maior quantidade de documentos (Feminismos e Realismo) aparecem em menos de 50% do total de documentos (15 documentos de 77 no total). Por outro lado, o fato dos(as) autores(as) não mencionarem nominalmente às teorias, não significa que não estejam articulando conceitos advindos dessas mesmas teorias, mas deixa a dúvida se os trabalhos atribuem diretamente esses conceitos às TRI.

Metodologicamente, as pesquisas se caracterizam amplamente pela abordagem qualitativa, como podemos ver na **Tabela 4.**, as abordagens qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa foram contabilizadas manualmente, ao passo que as principais técnicas metodológicas de coleta e análise de dados foram testadas no conjunto de textos enquanto categorias indicando suas frequências na **Tabela 5.**

Tabela 4 - Abordagens metodológicas

QUALI	QUANTI	MISTO
74	3	2

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020

Tabela 5 - Frequências de técnicas metodológicas

Técnicas metodológicas utilizadas	Nº de vezes mencionada	Qt de documentos
Estudo de caso	37	25
Estudos comparativos / Comparação de casos	2	2
Pesquisa/ Análise documental	17	13
Estatística descritiva	12	4
Entrevistas	54	14
Análise de conteúdo	30	8
Análise de discurso	6	3
Pesquisa/Análise bibliográfica	21	18
Grupo focal	2	2
Revisão de literatura	4	4
Surveys. questionários, pesquisa de opinião	13	7

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020.

No caso das metodologias, vale salientar que não fizemos uma análise metodológica sobre os trabalhos, portanto, não buscamos entender se os textos realizam efetivamente as metodologias que se propõem ou não. O que buscamos entender foi o quanto as técnicas mais usadas em pesquisas nas RI foram mencionadas de maneira que possibilite fornecer uma imagem das escolhas gerais dos(as) autores(as) no concernente à metodologia. Como demonstra a **Tabela 4.**, a maior parte das pesquisas são de caráter qualitativo, ou seja, refletem uma tendência da produção em RI no Brasil. O estudo de caso, como podemos ver na **Tabela 5.**, é uma das modalidades mais utilizadas com amplo número de documentos. As técnicas mais utilizadas são entrevistas, pesquisas bibliográficas e análise documental, técnicas que comumente são aplicadas em desenhos metodológicos qualitativos. Ou seja, a produção de TCCs do ponto de vista metodológico tem se consolidado com abordagens qualitativas e o repositório ainda carece de trabalhos com técnicas metodológicas quantitativas.

Após a realização da análise sobre o caráter metodológico e teórico da produção e apresentação dos dados sobre a produção ao longo do tempo e informação sobre os(as) autores(as), na sequência são apresentadas à leitura dos textos representativos de cada área de estudo que foram objeto de revisão conceitual e teórica no Capítulo 3. e, o mais importante,

são testadas as categorias elencadas no conjunto de textos e para possibilitar tecer resultados e a reflexão de se a produção tem concretizado às áreas colocadas no PPC enquanto pressupostos epistemológicos do bacharelado.

5 ANÁLISE INTEGRADA E CATEGORIAL DAS QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS CENTRAIS DO CURSO NOS TCCS

5.1 ESTUDOS AFRICANOS

Em relação ao campo dos Estudos Africanos, não é exagero afirmar que a produção dos(as) estudantes de RI tem endossado proficuamente o estudo de área dos estudos africanos. 70,3%¹⁷ dos trabalhos abordam um objeto relacionado ao continente africano. Conseqüentemente, tratando-se de um estudo de área é também o campo mais inter-temático e, por isso, os Estudos Africanos é transversal e abarca quase todas as áreas expostas neste capítulo. Um ponto importante para destacar nessa produção de africanos(as) na diáspora e afrodescendentes pesquisando sobre o continente africano é que diferente do que Wapmuk e Akinkwotu (2017) pontuam sobre os Estudos Africanos no ocidente, com trabalhos normalmente circunscritos em torno do afro pessimismo, isto é, tópicos como guerras, crises, fome e pobreza, a maior parte dos trabalhos do repositório analisado se concentram em temas como diplomacia, organizações internacionais, política externa e cooperação. Esses temas podem estar relacionados com “tópicos afro-pessimistas”, no entanto, no caso dos trabalhos analisados a menor parte se concentra nesses tópicos, como ilustra a **Tabela 2**. Textos nas temáticas de segurança e soberania alimentar somados totalizam apenas 8 trabalhos¹⁸.

Embora a quantidade de textos nas temáticas afro-pessimistas seja pequena, é importante salientar que mesmo estes textos não necessariamente carregam uma perspectiva afro pessimista no sentido de essencializar a tragédia, o conflito, ou a insegurança alimentar como características particulares do continente africano. Na área de segurança, destacamos os trabalhos de Correia (2021) que a partir da Teoria de Complexo Regional de Segurança analisa os antecedentes da guerra civil na Guiné-Bissau em 1998, as eleições posteriores que foram permeadas de tensões, até o golpe de 2012 que resultou em novas tensões. Correia avalia a importância da intervenção da CEDEAO e conclui que a organização foi fundamental para dirimir os conflitos e para a posterior “pacificação” e retirada de tropas estrangeiras. Candé (2023) também aborda a questão da CEDEAO, mas reflete sobre as estratégias da organização no combate ao terrorismo na região da África ocidental. Além disso, busca responder as razões

¹⁷ Este valor deve ser considerado em relação ao total de textos, levando em conta que as temáticas se interseccionam, por isso a maior parte dos textos que enquadrados em Estudos Africanos também estão enquadradas em outras temáticas/áreas.

¹⁸ Embora na **Tabela 2**. constate 5 textos em segurança e 4 textos em soberania/segurança alimentar, o texto de Gomes (2024) está enquadrado em ambas as temáticas, como informamos que pode acontecer na explicação da **Figura 5**. no caso de textos que estão enquadrados em mais de uma temática.

que suscitam o fenômeno do terrorismo e seu fortalecimento em países da região. Assim, Candé apresenta uma visão de que a CEDEAO, embora com limitações, tem sido importante na neutralização de organizações terroristas, ainda que a mesma tenha uma definição ampla sobre o que significa terrorismo, sem distingui-lo de outras formas de violência como critica o autor (Candé, 2023).

Outros dois trabalhos que se dedicam à questão de segurança são de Monteiro (2024) e Gomes (2024). O primeiro aborda os desdobramentos da guerra pós-independência em Angola (1975-2002), os desafios de reconstrução e reconciliação com destaque para as eleições de 2008 e a nova constituinte de 2010 que foram centrais para a consolidação da paz em Angola. Monteiro fala sobre os conflitos que desestabilizaram Angola por décadas sem incorrer a um viés fatalista, uma vez que o mesmo destaca também pontos positivos da construção da paz no país. Já Gomes (2024) destaca as vulnerabilidades, especialmente econômicas de Guiné-Bissau, a dependência econômica estrutural pré-existente que agrava ainda mais a fome com o conflito Rússia-Ucrânia. O autor faz entrevistas estruturadas com guineenses de diferentes regiões do país e chega a conclusão que o conflito no leste europeu implicou em mudanças de hábitos alimentares devido à escassez que se acentua.

O TCC de Gomes (2024) interconecta a temática da guerra, embora não tenha se debruçado sobre um conflito em território africano, com a questão da soberania alimentar. Outros textos como os de Gomes (2019), Mané (2021) e Garcia (2022) também se dedicam à questão da soberania alimentar. O texto de Mané (2021), que também se enquadra nos Estudos de Gênero, se debruça sobre a contribuição de mulheres no PMA (Programa Mundial de Alimentação) com parceria com a ONG Tiniguena. A autora destaca que mulheres compõem 55% de produtores agrícolas, e sofrem com falta de infraestrutura e recursos e discriminação de gênero nos processos decisórios. Apesar disso, a autora argumenta que o Projeto Mulheres Rurais forma mais de 2250 mulheres em liderança comunitária e economia familiar (Mané, 2021).

O TCC de Gomes (2019) analisa o papel da Rede de Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) entre 2008 e 2018. Destaca que a articulação internacional da RESSAN-GB com a RESSAN-CPLP e a RESSAN-PALOP têm trazido avanços na discussão sobre soberania alimentar, embora os desafios ainda sejam enormes. Uma das contribuições centrais de Gomes é a distinção conceitual entre segurança alimentar e soberania alimentar, explicitando que a primeira se refere ao acesso físico e econômico à alimentos nutritivos e seguros e a segunda consiste no direito dos povos em definir como e do que se alimentar. Por último, mas não menos importante, o texto de Garcia (2022) destaca a agenda de combate à

insegurança alimentar em Angola e analisa as causas da produção da fome, constatando que o país tem desenvolvido estratégias de combate a fome a partir de programas como a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) de 2009 e o Programa de Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional de Angola que faz parte do Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola de 2018 à 2022.

Todas as temáticas da **Tabela 2.** têm trabalhos que foram enquadrados no Estudos Africanos, ou seja, o caráter explicativo deste estudo de área é relativamente baixo, uma vez que as escolhas dos objetos das pesquisas estão evidentemente consonantes com o que preconiza o PPC do curso. No entanto, seria interessante destacar dois trabalhos que apresentam uma perspectiva mais generalista sobre seus objetos: o primeiro na temática de “regionalismo, integração regional e organizações internacionais” e o segundo na temática “Filosofia e Teorias das RI”. O primeiro é o TCC “*Regionalismo Africano: Utopia ou Realidade? Avaliando Processos de Integração Regional em África*” de Serrote (2023) apresenta um trabalho seminal e abrangente sobre o regionalismo africano e faz uma análise sobre os processos de integração africana a partir do histórico do Pan-Africanismo com a criação da OUA (Organização da Unidade Africana), expõe os desafios e os avanços do regionalismo e argumenta que o regionalismo africano remonta momentos pré-coloniais em comunidades políticas que, apesar de conflitos, também tinham relações de codependência e cooperação. Com o advento do tráfico escravista e do colonialismo, essas estruturas são desmanteladas e o regionalismo africano renasce a partir da proposição Pan-Africanista. Com as independências, a balcanização e os diversos interesses das elites africanas capitaneadas pelo neocolonialismo colocam empecilhos para o progresso da integração interafricana. Em sua conclusão Serrote afirma que:

Para uma efetividade tanto da perspectiva africana de integração quanto para se voltar a uma cooperação horizontal, reformas políticas internas são necessárias para efetivar um elevado nível de integração e com isso provocar uma diminuição da dependência. Olhando para os dias atuais, percebe-se que o profundo enraizamento do neocolonialismo vem desvirtuando os ideais africanos, para isso, uma retomada aos ideais panafricanistas de integração se faz necessário na perspectiva de se voltar contra as teorias tradicionais que se tenta impor às sociedades africanas, uma vez que elas não reverberam as necessidades das sociedades africanas e tão pouco servem para dar uma resposta às necessidades de tais sociedades. Como dito e posto, o regionalismo africano obedece à categorização diferente das impostas pelas teorias tradicionais (Serrote, 2023, p. 51).

O segundo é o TCC de Mendes (2022), “Ubuntu: Uma contribuição crítica às teorias convencionais positivistas nas Relações Internacionais”, no qual faz uma crítica às teorias *mainstream* das RI, especialmente o neorealismo institucionalista e o neoliberalismo ao reconhecer que a ontologia que essas teorias estão fundamentadas são euroamericana centradas.

Em contraponto, o autor propõe a categoria Ubuntu como conceito analítico para as RI, explicitando que este é um conceito sul-africano criado com tradicionais culturais de povos daquela região do continente, e instrumentalizado politicamente a partir da experiência de combate à opressão racial do Apartheid. Segundo Mendes (2022, p. 15), Ubuntu reflete princípios como “solidariedade, caráter comunitário, paixão, generosidade, diálogo e empatia” e portanto, seria para o autor analiticamente mais precisos na compreensão das relações internacionais.

Tabela 6 - Categorias de Estudos Africanos

Categorias	Nº de vezes mencionada	% no total de vezes de todas categorias juntas	Nº de documentos
África / Africa	1447	19,75	67
África-Brasil / Brasil-África	18	0,24	5
PALOP / Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	93	1,26	17
Estudos Africanos	5	0,068	5
Integração africana	6	0,081	6
Pan-africanismo/panafricanismo/ pan africanismo	74	1,01	8
Agenda 2063	15	0,20	9
Nepad	2	0,027	2
Regionalismo africano	6	0,081	2
Angola	1441	19,67	40
Guiné-Bissau	1014	13,84	39
Cabo-Verde	282	3,85	31
Moçambique	421	5,74	31
São Tomé e Príncipe	93	1,46	14
MPLA / Movimento Popular pela Libertação de Angola	128	1,74	19
UNITA / União Nacional para a Independência Total de Angola	87	1,18	16

FRELIMO / (Frente de Libertação de Moçambique)	71	0,96	7
RENAMO/ Resistência Nacional Moçambicana	31	0,42	4
PAICV / Partido Africano Para Independência de Cabo Verde	0	0	0
MpD / Movimento para a Democracia	0	0	0
PAIGC / Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde)	213	2,9	19
PRS / Partido da Renovação Social)	41	0,55	6
MLSTP-PSD / Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata	6	0,08	3
ADI / Ação Democrática Independente)	1	0,013	1
África Ocidental	230	3,14	24
África Austral	102	1,39	18
Norte da África	12	0,16	5
África Oriental	12	0,16	6
África Central	28	0,38	10
Região do Sahel/Sahel	20	0,27	7
Região do Magreb(e) / Magreb(e)	14	0,19	4
Região dos Grandes Lagos	6	0,08	3
Golfo da Guiné	42	0,57	10
Bacia do Congo	0	0	0
Costa do Oceano Índico / Costa Swahili	0	0	0
Corno de África / Chifre de África	0	0	0

SADC / Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral / Southern African Development Community	312	4,25	10
ECOWAS / CEDEAO / Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental / Economic Community of West African States	687	9,38	18
CEEAC / ECCAS / Comunidade Económica dos Estados da África Central / Economic Community of Central African States	26	0,35	6
União Africana	129	1,76	29
Comunidade da África Oriental / EAC / East African Community	9	0,12	3
União do Magrebe Árabe (Arab Maghreb Union)	4	0,05	3
Mercado Comum da África Oriental e Austral / COMESA	8	0,10	2
Todas as categorias e todos os documentos	7234	100	67

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Software MAXQDA 2020.

No que se refere às categorias da **Tabela 6.**, optamos por selecionar o nome dos países parceiros da UNILAB, as regiões e macrorregiões do continente africano e as principais organizações internacionais africanas, além de “regionalismo africano”, “integração africana”, “pan-africanismo”, “Agenda 2063”, “Nepad”, “PALOP” e “Brasil-África/África-Brasil”, além disso, selecionamos dois partidos de cada país com maior expressão no sentido de tempo de administração desde as independências e, para os países com pouca alternância de poder, optamos pelos partidos políticos com maior expressão enquanto oposição desde as independências.

Na análise da **Tabela 2**, o primeiro ponto que destacamos é que a categoria “África” é a terceira categoria mais mencionada em todas as categorias testadas de todas as áreas recorte neste trabalho, atrás apenas de “mulheres” e “cooperação” que são categorias de caráter mais

universalista. “África”, além do alto número de vezes mencionada, está presente em 67 documentos, portanto, apenas 10 trabalhos não mencionam a categoria. E, como já afirmamos acima, esta categoria, embora seja muito ampla, uma vez que se trata de um dos continentes mais diversos do mundo, indica o aspecto da produção dentro dos Estudos Africanos. Por outro lado, a categoria “Estudos Africanos” aparece apenas 5 vezes em 5 documentos, o que indica que a despeito dos objetos das investigações se tratarem de fenômenos no continente africano ou de experiência de africanos (nascidos no continente), o estudo de área “Estudos Africanos”, institucionalizado nas universidades no Brasil e no mundo, não tem sido nominalmente mencionado. Isto coloca, portanto, o questionamento de se os autores de maneira geral têm consciência sobre o estudo de área que seus trabalhos estão ajudando a consolidar no universo da instituição.

Acerca dos países dos PALOPs, o país mais mencionado seguido de maior amplitude de documentos é a categoria “Angola”, em seguida de “Guiné-Bissau”, o que aponta para a conclusão de que de maneira geral questões referentes à Angola estão sendo levemente mais trabalhadas do que de Guiné Bissau, mesmo que, como ilustra o **Gráfico 1.**, entre os(as) autores(as) existe um total de 27 autores(as) guineenses (35,1% total dos bacharéis) e 23 autores(as) angolanos(as) (29,9% do total de bacharéis). Isso não quer necessariamente dizer que os estudantes guineenses ou angolanos estejam produzindo pouco sobre seus países, pelo contrário, a maior parte dos trabalhos que se dedicam a algum objeto relacionado a Guiné-Bissau e a Angola são de estudantes das respectivas nacionalidades. O que este dado pode sugerir é que estudantes de outras nacionalidades também podem ter pesquisado temas ou objetos relacionados a ambos países.

Nos demais países como Moçambique, Cabo Verde e STP, o primeiro aparece maior quantidade de vezes entre os três, seguido de Moçambique e STP. Cabo Verde e Moçambique aparecem na mesma quantidade de documentos, ao passo que STP aparece apenas em 14 documentos, enquanto que os dois outros países aparecem em 31 documentos. Embora entre os(as) autores(as) haja uma predominância de estudantes guineenses, angolanos(as) e brasileiros(as), nesta ordem, a presença de graduados(as) santomenses é maior do que cabo-verdianos(as) e moçambicanos(as), como podemos ver no **Gráfico 1.** Na verdade, se juntarmos o número de cabo verdianos(as) e moçambicanos(as) formados pelo curso, estes totalizam 5 em relação às 6 pessoas santomenses. Isso pode sugerir que os (as) estudantes dessas nacionalidades têm tido mais interesse em pesquisar objetos relacionados a Cabo Verde e Moçambique do que de STP e que pode haver textos que abordam Cabo Verde e Moçambique em conjunto com outros países.

No concernente às regiões do continente africano, a categoria com maior frequência é a África Ocidental, seguida da África Austral, o que indica que além da região aparecer com mais força no conjunto de trabalhos, países da região que não compõem os PALOP podem estar sendo mencionados também. Por outro lado, é preciso considerar que dois países dos PALOP que são parte da região, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, são duas categorias que somadas aparecem menos vezes do que Angola e Moçambique somadas que seriam parte da África Austral do ponto de vista político, por causa da SADC, mas, do ponto de vista estritamente geográfico, Angola pode ser enquadrada na África Central e Moçambique na África Oriental, inclusive Angola é país membro da ECCAS ao passo que Moçambique não é membro da EAC. A região da África Ocidental tem aparecido com mais força enquanto região de países do que as demais, enquanto que o país mais mencionado, Angola, sequer faz parte da África Ocidental. Logo após África Ocidental e África Austral, aparece a África Central (28 vezes) seguida do Norte da África e África Oriental (12 vezes cada). Ainda nesse sentido, entre as macrorregiões em África, o Golfo da Guiné é mencionado mais vezes e em maior número de documentos, seguido das regiões do Sahel e do Magrebe e dos Grandes Lagos respectivamente. O que chama atenção são números nulos para regiões como Bacia do Congo, Costa do Oceano Índico e Chifre da África. As categorias das macrorregiões são interessantes na medida que essas regiões não se atém a critérios geográficos, mas sim de fluxo econômico, histórico em comum, fluxos de pessoas além dos desafios que cada macrorregião apresenta.

Em relação às organizações internacionais africanas, é imperativo esclarecer que todas organizações são intergovernamentais de significativa relevância no continente africano. A OI mais mencionada é a CEDEAO, presente em 18 documentos. A CEDEAO é mencionada duas vezes mais do que a segunda OI africana mais mencionada que é a SADC. Ou seja, a tendência que aparece nas regiões permanece nas OIs, e isso fica evidente quando se considera que a CEEAC é mais mencionada do que a União do Magrebe, EAC e COMESA, a despeito deste último ter países da África Oriental e Austral. A União Africana, maior OI africana, aparece em uma quantidade significativa de trabalhos (29 documentos), embora seja mencionada menos vezes do que a CEDEAO e a SADC. De qualquer maneira, é razoável afirmar que a União Africana tem relevância importante na produção analisada.

Acerca dos principais partidos políticos de cada país africano lusófono, os partidos no poder por mais tempo aparecem com mais frequência em relação aos partidos da oposição. A tendência de maior incidência de categorias relativas à Guiné-Bissau e Angola permanece. Portanto, o PAIGC e PRS aparecem mais vezes do que o MPLA e a UNITA, logo depois seguido da FRELIMO e RENAMO. Há uma baixíssima incidência de menções de partidos de

STP e a ausência de partidos de Cabo Verde. Este dado demonstra que o conjunto de trabalhos têm centralizado mais os partidos no poder do que partidos de oposição. No entanto, a expressiva frequência de partidos políticos de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique sugerem que a questão político partidária foi abordada constantemente no conjunto da produção.

Por último, mas não menos importante, as categorias “Integração Africana”; e “Regionalismo Africano” aparecem de maneira ínfima. No entanto, o Pan-Africanismo aparece 74 vezes em 8 documentos, o que quer dizer que a categoria Pan-Africanismo aparece em pouco mais de 1% do conjunto dos textos, o que representa ainda baixa incidência de uma perspectiva política de grande importância na história da política internacional africana moderna. No que se refere às demais categorias, “Brasil-África” aparece 17 vezes em apenas 5 documentos, ao passo que PALOP aparece 93 vezes em 17 documentos, o que indica que até então o conjunto de autores(as) têm sido mais interessado nos PALOP, no sentido de pensarem relações entre países parceiros com mais força, do que na relação entre Brasil e continente africano. Em relação às agendas de desenvolvimento, a frequência da Agenda 2063 é superior a NEPAD, mas, embora a temática do desenvolvimento apareça em uma boa parte dos textos, o que é perceptível nas **Tabela 1. e Figura 1.**, é possível constatar que essas agendas de desenvolvimento não foram o maior interesse dos estudantes.

5.2 ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

O curso se demonstra majoritariamente masculino, espelhando as desigualdades de gênero¹⁹ ainda presentes nos cursos de Relações Internacionais, tanto do ponto de vista dos quadros acadêmicos, quanto da disseminação da produção do conhecimento da área. Por outro lado, 20,78% dos TCCs exploram a questão de gênero e sexualidade, sendo 16 trabalhos que se debruçam diretamente sobre participação, impacto, desigualdade de gênero, atividades econômicas ou lugar das mulheres na política internacional, tanto em organizações internacionais como União Africana, SADC e na própria diplomacia de Estado de alguns países dos PALOP, ao passo que apenas 1 trabalho está relacionado diretamente com a questão LGBTQIAPN+. No esforço de discorrer um pouco sobre esses trabalhos, especialmente aqueles que consideramos categóricos ou espelhamentos do conjunto de TCCs que estão enquadrados nas questões de gênero e sexualidade, em primeiro lugar, é importante salientar que nenhum

¹⁹ A desigualdade de gênero existe, mas, por não ser objetivo desta pesquisa, não contabilizamos o número de pessoas que ingressaram no curso, apenas as que finalizaram o mesmo a partir de seus TCCs. No entanto, como demonstramos, 40,2% dos egressos é constituído por mulheres.

dos textos são trabalhos estritamente teóricos, ou seja, trabalhos que tenham como objeto central às próprias teorias de estudos de gênero. No entanto, parte considerável dos TCCs não só apontam nominalmente que utilizam de lentes teóricas dos feminismos, como também fazem debates sobre os feminismos. Outro ponto importante é que todos os textos se interseccionam com outras temáticas como migração, economia, diplomacia, entre outros assuntos.

O trabalho de Sanca (2019), *“Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau”*, é o primeiro texto do conjunto de TCCs que se dedica a questão de gênero. A autora produz uma monografia que discute teoricamente o gênero enquanto conceito e categoria analítica, além de refletir sobre gênero no contexto africanos a partir de autoras como Oyèwùmí (1997) e Amadiume (1997), os movimentos de mulheres e o feminismo africanos. A monografia é representativa dos estudos de gênero porque além de trabalhar as referências ocidentais sobre feminismo e gênero como Butler (2008), também trabalha referências do Sul Global, especialmente da Guiné-Bissau. Outro ponto que merece destaque na investigação de Sanca é que ela realiza uma pesquisa de campo, conduz algumas entrevistas com diplomatas de carreira na Guiné Bissau e atesta empecilhos que são colocados para as mulheres em posições de prestígio, especialmente em espaços como a diplomacia. A pesquisa sobre a questão de gênero, além de outras pesquisas da autora na área²⁰, desembocou na criação do Centro de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné-Bissau²¹ em 2022, ou seja, um centro de pesquisa que se desdobra diretamente da formação da estudante no bacharelado.

O trabalho de Sanca inaugura um campo fértil de textos que se debruçam sobre a representação e participação de mulheres na política como é o caso de Salvaterra (2019), Pereira (2020), Oncampo (2020), Nunes (2021), Da Mata (2022), José (2023), Cá (2023), Cristóvão (2023) e Muhongo (2023). Algumas dessas autoras citam a monografia de Sanca e/ou outros trabalhos dela nos estudos de gênero como referência, evidenciando como os TCCs se retroalimentam e influenciam as produções subsequentes. É fundamental mencionar que existe também uma outra leva de textos que estão preocupados com a questão de gênero, interseccionando com outras áreas que não são de representação e participação política na diplomacia ou organizações internacionais. Na área da economia internacional, especialmente articulando o local com o internacional, destacam-se os trabalhos de Nahana (2024), que fala sobre as zungueiras em Angola, e Hopffer (2024) que fala sobre o contexto guineense de mulheres no mercado “informal”.

²⁰ Lenine; Sanca (2022); Sanca (2025).

²¹ Site oficial do Centro de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Género na Guiné-Bissau - [CEPEMG-GB - Centro de Estudo e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné-Bissau](#) Acesso em: out. 2025.

Dois outros trabalhos importantes se dedicam a questão dos refugiados: Souza (2021) reflete sobre os mecanismos institucionais da ACNUR para combate à violência contra mulheres refugiadas e conclui que as ações da agência tem sido insuficiente neste sentido, e o trabalho de Silva (2023) explora os conceitos de refúgio, migração e exílio e reflete o dispositivo do pedido de refúgio como forma de combate violências às populações LGBTQ+, especialmente no Sul Global, tendo como recorte o caso do Brasil. A contribuição de Silva é, muito embora minoritária, uma vez que é o único trabalho entre os TCCs que aborda a questão de populações LGBTQ+, representativa na medida em que faz uma análise extensiva de organismos internacionais, principalmente do Sistema ONU, no concernente ao refúgio, tal como sobre a legislação brasileira sobre migração e opressão às populações LGBTQ+. O trabalho de Segunda (2023) junto com o de Silva (2023) são os dois únicos trabalhos abordando a realidade brasileira, sendo que Segunda pensa as desigualdades de gênero a nível do Itamaraty.

Tabela 7 - Categorias dos Estudos de Gênero e Sexualidade

Categorias	Nº de vezes mencionada	% no total de vezes de todas categorias juntas	Nº de documentos
Estudos de Gênero	4	0,14	3
mulheres	1992	68,22	44
mulheres brancas	2	0,07	1
mulheres negras	8	0,27	3
mulheres indígenas	3	0,10	3
mulheres africanas	86	2,95	6
participação feminina	12	0,41	7
desigualdade de gênero	35	1,20	12
mulherismo	13	0,45	3
mulherismo africana	7	0,24	1
interseccionalidade	2	0,07%	1
feminismo	155	5,31	13
feminismo negro	3	0,10	3
feminismo africano	13	0,45	6
LGBT	185	6,33	3
LGBTfobia	1	0,03	1
sexualidade	42	1,44	5
homofobia	9	0,31	1
transfobia	2	0,07	2
Todas categorias juntas e documentos	2920	100%	46

Fonte: elaborado pelo autor a partir do MAXQDA 2020

A partir da análise da frequência das categorias na **Tabela 7.**, fica perceptível que os Estudos de Gênero são proeminentes em relação aos estudos sobre sexualidade. Por isso, as categorias relacionadas à questão de gênero, por exemplo “participação feminina”, consideradas em conjunto aparecem em maior quantidade e em maior número de documentos, em relação às categorias relacionadas à questão da sexualidade, como por exemplo “LGBT”, que embora apareça mais vezes, está presente em uma quantidade menor de trabalhos. O termo “Estudos de Gênero” aparece em quantidade ínfima, o que indica que, muito embora há textos

que podem ser enquadrados nesse campo de estudo, poucos dos mesmos decidem demarcar nominalmente o campo.

O termo “mulheres”, um termo mais “universal”, aparece com mais força, em uma quantidade mais ampla de trabalhos que não necessariamente tem algum objeto relacionado à questão de gênero e/ou sexualidade. Os termos “mulheres negras”, “mulheres indígenas” e “mulheres brancas” não aparecem tanto quanto “mulheres africanas”, o que nos sugere que poucas pesquisas trabalham a questão de gênero em consonância com a questão racial. Por outro lado, “mulheres africanas” aparecem 86 vezes no total de 6 trabalhos, ou seja, os textos que se debruçam sobre a questão de gênero estão mais preocupados com a experiência e/ou fenômenos relacionados à mulheres africanas. Esse dado reafirma o aspecto marcante sobre a produção de pesquisas no geral dentro dos Estudos Africanos.

Categorias que têm caráter mais analítico como “participação feminina”, “desigualdade de gênero” e “interseccionalidade”, embora esta última tenha aspecto conceitual, aparecem em menor frequência, mas com amplitude no número de trabalhos da área dos Estudos de Gênero. Apesar disso, são pouco mencionadas no conjunto geral de trabalhos. No que se refere a categorias que são teorias sociais e/ou proposições políticas como feminismo e mulherismo e suas derivações, a palavra feminismo aparece com mais força, 155 vezes em 6 trabalhos, ao passo que mulherismo e mulherismo africana juntas aparecem 20 vezes mas apenas em 4 trabalhos. Dentro da categoria feminismo, optamos por testar as categorias “feminismo negro” e “feminismo africano”, e percebe-se como visto no **Tabela 7**, que a última além de ser mencionada mais vezes, também está presente em mais documentos do que a primeira, o que sugere que o feminismo africano possa estar sendo mais optado como teoria, ou senão enquanto uma teoria que merece ser mais mencionada nas análises.

Por último, mas não menos importante, como mencionamos acima o único trabalho que se dedica a trabalhar de alguma forma a questão LGBTI+ é de Silva (2023), em “*Refúgio e a pauta LGBTI+ no sul global: o caso brasileiro*”. partir da atualização do debate de identidade de gênero e sexualidade na esfera política, as siglas de identificação destas múltiplas identidades crescem, no entanto optamos por testar a categoria “LGBT” que aparece 185 vezes, mas apenas em 3 trabalhos e as categorias “homofobia” e “transfobia” que somadas aparecem 9 vezes em 3 documentos, o que indica uma baixa produção explorando a questão.

Fica patente com a produção de trabalhos que, tanto no sentido dos objetos explorados quanto na quantidade de trabalhos na área, atendem o que preconiza o PPC do bacharelado, ainda que seja ainda escassa a produção que interseccionam questões de raça e de sexualidade no conjunto dos textos. Uma possível conclusão sobre o bacharelado no que concerne aos

Estudos de Gênero e sexualidade é que há um potencial significativo de inserir cada vez mais produções que contrabalançam as desigualdades de gênero, raça e origem na produção de conhecimento nas Relações Internacionais, especialmente no Sul-Global.

5.3 COOPERAÇÃO SUL-SUL, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA EXTERNA

Há uma parte significativa dos TCCs que se concentram nas áreas de políticas de cooperação, análise de política externa e políticas públicas. Importante pontuar aqui que selecionamos os textos que indicam diretamente em seus títulos e/ou resumos que estão se dedicando a alguma modalidade de cooperação, análise de política pública ou política externa. Dito isso, aproximadamente 18,8 % dos trabalhos (14 trabalhos) debatem sobre a cooperação, sendo que alguns desses trabalhos têm um caráter mais geral sobre a cooperação, a maior parte deles pensam as políticas de cooperação entre países do Sul-Global, geralmente de países africanos com atores como o Brasil e China e apenas um texto está pensando a cooperação Norte-Sul, da União Europeia com Cabo Verde, especificamente (Veiga, 2019).

No que se refere a análise de políticas públicas nos contextos domésticos, apenas dois TCCs conduzem uma análise comparativa entre dois programas de distribuição de renda. Portanto, o trabalho de João (2023), *“Políticas de transferência de renda: uma análise do programa angolano (kwenda) e da influência do modelo latino- americano na construção do modelo”* e de Garcia (2022), *“Fome e segurança, soberania alimentar em Angola: agendas e políticas públicas de combate”*, compõem apenas 2,59 % dentro do total de textos. Os TCCs que trazem em seus títulos “política externa” compõem 15,58% do total de trabalhos (12 trabalhos). É importante salientar que essas áreas, do ponto de vista teórico, como evidenciamos na discussão apresentada no Capítulo 3., dialogam entre si, sobretudo se pensarmos que a cooperação é um instrumento de política externa, e esta por sua vez se trata de uma política pública (Milani; Pinheiro, 2013). Neste sentido, optamos por discorrer sobre essas temáticas nesta subseção conjuntamente, mas as separamos na **Tabela 2**.

A escolha dos(as) estudantes de pesquisar modalidades de cooperação entre o Sul Global corresponde ao projeto do bacharelado e da UNILAB em particular de efetivar a integração entre os países parceiros da instituição. Por esse motivo, todos os textos estão analisando a cooperação, mesmo que em sentidos diferentes, de um conjunto de países africanos ou de apenas um país africano com países de outros continentes. China e Brasil são os únicos dois países que aparecem nos trabalhos como tópicos a partir dos títulos/resumos dos trabalhos, oito vezes e seis vezes respectivamente. A maior parte dos textos têm como estudos de casos

países dos PALOPs, com destaque para Guiné-Bissau e Angola. Pouco mais da metade dos textos sobre cooperação se concentram em questões comerciais e de infraestrutura. Em segundo lugar, há textos sobre a cooperação educacional, um texto sobre cooperação na área da agricultura e apenas um texto mais geral sobre o conjunto de projetos do Brasil com os PALOPs.

Pensando a cooperação educacional, pesquisas como as de Sousa (2020), Rosário (2020), C6 (2023) e Silva (2024) fazem análises pensando nas trocas entre Brasil e os PALOPs. Todas as pesquisas têm a própria UNILAB como estudo de caso desta modalidade de cooperação, sendo que dois dos quatro trabalhos também refletem sobre o PEC-G. C6 (2023,) em *“Cooperação Sul-Sul: Cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área da educação superior”*, tece uma análise sobre o histórico da relação Brasil-Guiné Bissau que remonta desde do primeiro ano de independência do país de Guiné-Bissau em 1974 (C6, 2023,). Ela aponta que a cooperação Brasil-Guiné Bissau têm gerado impacto positivo para seu país de origem e avança os interesses estratégicos de Brasília, especialmente de projeção internacional. Mais tarde Silva (2024), em *“Relações Sul-Sul: a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação (2003-2010)”*, caminha no mesmo sentido, avalia que o Brasil expande seu *Soft Power* na Guiné-Bissau e recomenda que o governo guineense deveria acompanhar a trajetória de seus estudantes internacionais e investir para que esses profissionais retornem ao país. Sousa (2020), um dos primeiros trabalhos dessa modalidade, foca nos estudantes angolanos tanto da UNILAB quanto do PEC-G, conduz entrevistas semi-estruturadas e um grupo focal, apontando virtudes e fragilidades dessas políticas. Já Rosário (2020) também tem a UNILAB como estudo de caso, e conclui que a criação da instituição reflete a perspectiva de cooperação educacional que a política externa brasileira de Lula (I e II) e Rousseff pautam em seus governos, sobretudo a questão da não-indiferença, não ingerência e cooperação para reparação histórica.

No que se refere a área de cooperação de aspecto comercial e de infraestrutura, destacamos os trabalhos de Veiga (2019), Infante (2020), Mane (2020), Lopes (2021), Cardoso (2021), Lino (2022), Andrade (2023) e Alfredo (2023). Dentre todos estes trabalhos, é perceptível o lugar da relação sino-africana como central na maior parte deles. Veiga (2019) seria uma exceção neste sentido, uma vez que em *“Cooperação Norte-Sul: um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde”*, ele desvela que essa cooperação, embora produza vantagens mútuas, é desproporcionalmente desfavorável à Cabo Verde e, portanto, conclui que Cabo Verde seria mais dependente da UE do que vice versa. Já no restante dos trabalhos desta modalidade de cooperação, a China aparece como o principal ator não-africano nos estudos. Infante (2020) e Mane (2020) produzem uma análise crítica sobre

a cooperação chinesa, revelando que a presença chinesa se distingue da cooperação de países ocidentais no que se refere a ingerência em assuntos domésticos, ainda assim constatam que cada vez mais a dominação é um fato inegável, especialmente pela dependência africana em relação a Beijing.

[...] Portanto, a relação sino-africana e em particular a sino-guineense, pode ser entendida como uma relação de dependência, isto, porque o continente africano é um grande produtor de matérias primas e a China uma gigante de tecnologias avançadas enviadas para este continente para exploração de recursos minerais. Contudo, é importante sublinhar que, a relação sino-africana baseia-se em respeito mútuo e não intervenção nos assuntos internos dos Estados, diferente do modelo ocidental que intervê nos assuntos internos, não respeitando soberania e mantendo uma relação desigual com os países africanos. (Infante, 2020, p. 20)

As pesquisas de Lino (2022), Andrade (2023) e Alfredo (2023) se centralizam no investimento no setor de infraestrutura e refletem o lugar da China em obras de grande porte e estruturais para o comércio exterior e/ou de desenvolvimento econômico doméstico como a reconstrução do Caminho de Ferro de Benguela. Todos estes textos ponderam sobre o *Soft Power* que a China tem angariado em Angola e Moçambique a partir de grandes obras. Por outro lado, o trabalho de Cardoso (2021) reflete sobre as transformações da relação diplomática entre São Tomé e Príncipe e China/Taiwan. O país insular rompeu relações com a China continental em 1997 a partir de uma visão pragmática de que Taiwan poderia trazer investimentos para São Tomé apenas reconhecendo a China como um só país em 2016. Sobre cooperação na área de agricultura, o único TCC mais concentrado no setor da agricultura é o de Jesus (2023) que analisa os projetos de cooperação brasileiros nesta área com 5 países africanos para pensar conceitualmente o desenvolvimento a partir da agricultura, ponderando assim os impactos negativos e positivos que dependem da ideia de desenvolvimento aplicado a cada acordo de cooperação (Jesus, 2023).

Tabela 8 - Categorias de Estudos de Cooperação

Categorias	Nº de vezes mencionada	% no total de vezes de todas categorias juntas	Nº de documentos
cooperação	1683	30,43	68
cooperação internacional	184	3,33	36
cooperação sul-sul	124	2,24	19
cooperação norte-sul	22	0,40	10
cooperação triangular	1	0,02	1

cooperação técnica	95	1,72	20
cooperação internacional para o desenvolvimento	29	0,52	12
cooperação educacional/ em educação	24	0,43	5
UNILAB	216	3,91	15
PEC-G / PEC-PG	76	1,37	5
cooperação cultural/ em cultura	2	0,04	2
cooperação em saúde	1	0,02	1
cooperação em infraestrutura	2	0,04	2
China	1278	23,11	43
Brasil	1194	21,59	57
África do Sul / South Africa	155	2,80	36
Índia	118	2,13	25
Rússia	85	1,54	25
multilateralismo	34	0,61	18
bilateralismo	6	0,11	5
CPLP	138	2,50	25
BRICS	27	0,49	9
ajuda humanitária	14	0,25	7
Todas as categorias juntas e documentos	5530	100	77

Fonte: elaborado pelo autor a partir do software MAXQDA 2020

As categorias selecionadas nesta área na **Tabela 8.** foram pensadas a partir dos TCCs acima. Certamente estes termos não esgotam a temática, mas acreditamos que a partir dessas categorias é possível mensurar em que nível o conjunto de trabalhos se relacionam com a temática da cooperação. Esta é uma temática que consideramos fundamental, na medida que a própria universidade do repositório analisado é um resultado direto de um esforço de cooperação entre Brasil e países da CPLP. Por esse motivo, o termo UNILAB também aparece em nossa lista de categorias, uma vez que revela o quanto, no conjunto de trabalhos, a instituição é mencionada. Além disso, selecionamos categorias que pudessem demonstrar qual tem sido o

foco que os textos têm dado na área da cooperação. A categoria “cooperação” aparece em amplo número de documentos, mencionada mais de 1000 vezes, o que não necessariamente indica que a maior parte dos textos é sobre cooperação, uma vez que essa categoria é uma palavra amplamente utilizada em textos de RI. No entanto, a categoria “cooperação internacional” afunila mais essa mensuração e percebe-se que esta está presente em 46,75% dos trabalhos, mesmo contando aqueles que não tem a cooperação internacional como objeto central. A modalidade de cooperação que mais aparece é a Cooperação Sul-Sul, mencionada mais de 100 vezes, ao passo que a Cooperação Norte-Sul aparece 22 vezes em apenas 10 trabalhos. Ou seja, a produção tem se dedicado muito mais a Cooperação Sul-Sul, o que indica que esta tem sido condizente com a missão institucional específica da UNILAB (Brasil, 2012). A cooperação técnica aparece em 20 documentos, ao passo que as áreas de educação, cultural, de agricultura e infraestrutura aparecem com menor força, sendo que a primeira área “cooperação educacional/ em educação” é mencionada mais vezes. É um imperativo pontuar que as categorias das áreas de cooperação são mais difíceis de precisar devido às diferentes maneiras que os(as) autores(as) discorrem sobre essas áreas. No entanto, a partir da leitura integral dos textos, fica perceptível que a educação e a infraestrutura são as duas áreas com maior incidência de investigações. Nesse sentido, a categoria “UNILAB” e “PEC-G / PEC-PG”, que são dois exitosos projetos de cooperação educacional brasileiros, aparecem 216 e 76 vezes respectivamente, sendo a primeira abrangendo maior quantidade de documentos (16 documentos), o que sugere que no concernente à cooperação educacional a UNILAB tendo sido importante nas análises sobre essa modalidade de cooperação, ao passo que o PEC-G/PEC-G não tem sido objeto do interesse dos(as) autores(as) significativamente.

Em relação à cooperação na área da infraestrutura, poucos textos mencionam a categoria “cooperação na área da infraestrutura”, embora termos discorrido sobre alguns textos que se debruçam sobre a temática. Na **Tabela 2.**, a temática “Economia política internacional, Comércio Exterior/internacional e infraestrutura” aparece com 13 textos. Muitos desses trabalhos são sobre investimento na área da infraestrutura, especialmente da China com países africanos e não é atoa que a categoria “China” aparece 1278 na **Tabela 8.**, presente em mais de 50% dos trabalhos (43 documentos). Isso indica que até mesmo naqueles trabalhos que não são sobre cooperação na infraestrutura, comércio exterior e investimento internacional a China tem um lugar que se destaca nessa produção. A categoria “Brasil” aparece mais vezes do que “China” de maneira geral no conjunto de trabalhos, entretanto isso não necessariamente indica que o nome do Brasil está sendo articulado para falar sobre cooperação na infraestrutura, mas também em outras modalidades de cooperação e temáticas. Isso, de alguma forma, já era

esperado uma vez que o bacharelado é sediado no Brasil em uma universidade, embora de viés internacional, ainda brasileira.

Outros países, como Índia e África do Sul aparecem em um amplo número de documentos, em menor quantidade de frequência do que Brasil e China, mas no ainda assim a quantidade de menções e abrangência de documentos que aparecem as categorias “Índia” e “África do Sul/South Africa” não é irrelevante. Ou seja, Índia e África do Sul, países também do BRICS, estão no radar da produção analisada. Por outro lado, a categoria “Rússia” aparece ínfimas vezes, sendo a menor entre os países dos BRICS. A categoria “BRICS” enquanto bloco de países que estabelecem relação de cooperação e diplomacia têm baixa incidência, o que indica que por mais os países desse bloco estejam sendo mencionados significativamente, o bloco em si não tem sido foco do conjunto de trabalhos.

Por outro lado, a categoria CPLP, apesar de aparecer em menos de 50% dos documentos (25 documentos), é mais mencionada do que BRICS. Ou seja, a CPLP tem suscitado mais o interesse dentro da produção, o que de certa maneira não é um achado que impressiona tendo em vista que todos os parceiros da UNILAB compõem a CPLP, e, ao longo da experiência como estudantes na instituição, a CPLP é constantemente falada. A categoria “multilateralismo” não tem grande incidência e aparece em apenas aproximadamente 23,38% do total de documentos (18 de 77), o que sugere que a produção não está tão preocupada com essas modalidades de relação comercial e diplomática. Nota-se um desinteresse ainda maior quando observamos a categoria “bilateralismo” que aparece 6 vezes em apenas 5 documentos.

No que se refere à análise de política externa, a partir dos títulos/resumos identificamos 12 TCCs, totalizando 16,88% do conjunto de trabalhos. Cerca de 2 dos 13, os de Munica (2022) e Lopes (2021), tecem análises de política externa a partir da cooperação internacional. O restante dos textos são, em sua maioria, sobre análise de política externa a partir de atores estatais. Já o TCC de De Sá (2020) reflete sobre um ator não-governamental, a Igreja Católica, e sua relação com a política externa de Guiné-Bissau, e o de Mendes (2023) discorre sobre a relação deste mesmo país com o Banco Mundial. O trabalho de Sacavinda (2023) demonstra que Angola tem uma participação baixa no comércio internacional e integração econômica dentro da SADC, muito embora seja um país relevante para esta organização internacional e para a região central e austral de África. Fica nítido que a maior parte dos trabalhos de análise de política externa se concentram sobre a Guiné-Bissau, porém trabalhos como de Wasse (2022) e Culo (2023) se diferenciam, sendo o primeiro sobre a política externa do governo de Chissano (1987-2005) de Moçambique e o segundo uma análise mais geral da política externa de Angola pensando sobre as projeções futuras da PAE (Política Externa de Angola).

Os textos mais recentes de Nhaslambé (2024) e de Indi (2024) se debruçam particularmente sobre o processo decisório e os agentes formuladores da política externa guineense. Ambos lançam atenção sobre a dinâmica doméstica de disputa em torno da política externa e elementos institucionais que concorrem para que a Guiné-Bissau tenha uma política internacional consistente. Assim, demonstram a contradição entre constituição e margem de ação de atores em posições como a presidência. Por último, mas não menos importante, faz-se importante registrar que todos os textos de análise de política externa estão preocupados com as realidades africanas diretamente, com exceção dos trabalhos de Mendes (2022) e Espírito Santo (2022). O primeiro texto reflete sobre a política externa estadunidense sobre as mudanças climáticas e o segundo realiza uma análise conceitual e discursiva da política externa chinesa no que se refere ao que o autor chama de “poder brando” e as estratégias para ampliar o *Soft Power* chinês.

Tabela 9 - Categorias de Políticas Públicas e Política Externa

Categorias	Nº de vezes mencionada	% no total de vezes de todas categorias juntas	Nº de documentos
política externa	905	51,30	48
políticas públicas	142	8,05	38
análise de políticas públicas	0	0	0
governança	361	20,46	44
transferência de renda	34	1,93	1
transferência de políticas públicas	0	0	0
Difusão de políticas públicas	3	0,17	1
análise de política externa	7	0,40	5
imagem internacional	4	0,23	3
política externa regional	3	0,17	2
política externa africana	5	0,28	5
política externa brasileira / do Brasil	46	2,61	7
política externa latino-americana / da América Latina	0	0	0

política externa guineense / de Guiné-Bissau	33	1,87	5
política externa angolana / de Angola	58	3,29	7
política externa moçambicana / de Moçambique	28	1,59	2
política externa cabo-verdiana / de Cabo Verde	12	0,68	3
política externa santomense / de São Tomé e Príncipe	0	0	0
inserção internacional	32	1,81	15
Soft Power	144	8,16	15
Hard Power	21	1,19	9
Todas as categorias juntas e todos os documentos	1764	100	65

Fonte: elaborado pelo autor a partir do software MAXQDA 2020.

Na **Tabela 9.**, as categorias selecionadas que seriam mais características da APP, como “análise de políticas públicas”; “transferência de políticas públicas”, “difusão de políticas públicas”, “políticas ações afirmativas”, são pouco mencionadas, sendo que apenas dois textos de autoria de João (2023) e Garcia (2022), já mencionados acima, abordam diretamente uma análise de políticas públicas do ponto de vista de políticas aplicadas em um contexto doméstico. João (2023) tece uma análise sobre a influência de programas de transferência de renda do Brasil, México e Paraguai na política de transferência de renda angolana, Kwenda. Já Garcia (2022), faz um debate sobre a política contra a fome e a insegurança alimentar no SI e analisa as políticas públicas de Angola para assegurar a segurança alimentar e combater a fome.

Este dado de termos apenas dois textos que analisam especificamente políticas públicas no plano doméstico faz jus à pouca incidência das categorias desse campo. Por outro lado, a categoria “políticas de ações afirmativas”, são mencionadas, ainda que poucas vezes, o que indica que ao menos essa modalidade de política pública não é totalmente ignorada pela produção. Por outro lado, e paradoxalmente inclusive, a categoria “políticas públicas” aparece em 32 documentos, quase metade do total de documentos. O que podemos concluir com este paradoxo é que as políticas públicas em contextos domésticos têm se apresentado mais como

algo instrumental na produção do que propriamente como objetos das pesquisas, conseqüentemente, isso aponta para uma lacuna até então de pesquisas de APP.

No que se refere à área de política externa, a categoria “análise de política externa” aparece poucas vezes, no entanto, na **Tabela 2.**, 12 textos estão enquadrados na temática de Análise de Política Externa. A categoria “análise de política externa” da **Tabela 9.** não foi testada nos títulos ou resumos, portanto, a pouca incidência da categoria indica que embora os textos estejam se debruçando sobre algum objeto de APE, poucos mencionam nominalmente que seus trabalhos estão inseridos em uma área de estudos nas RI consolidada do ponto de vista da produção de pesquisas de APE e a nível institucional em programas de graduação, pós-graduação e nas mais diversas atividades das RI enquanto disciplina. Por outro lado, a categoria “política externa” demonstra a força da quantidade de textos que se dedicam à política externa e/ou a mencionam como algo relevante em suas investigações e análises. A categoria é mencionada 905 vezes abrangendo 48 documentos, sendo a quarta mais mencionada dentre todas categorias de todas as áreas. Ou seja, tal como acontece em outros cursos de graduação em RI, a produção do bacharelado de RI da UNILAB tem endossado a área de APE.

Dentro desse universo, na **Tabela 9.**, dentre as categorias que representam as políticas externas dos países especificamente, tal como “política externa brasileira”, “política externa de Guiné-Bissau” etc., a “política externa angolana” ainda que em poucos documentos é a que mais tem sido mobilizada.. Em particular, as políticas externas de Cabo Verde e de Moçambique aparecem em menos de 1% dos textos e a de São Tomé e Príncipe não aparece em nenhum documento. Uma possível conclusão que tiramos é que as políticas externas específicas de cada país não têm sido objeto das pesquisas enquanto estudos de caso. Outro ponto que chama atenção é a baixíssima frequência das categorias “política externa africana”, especialmente porque no bacharelado de RI da UNILAB existe um componente obrigatório chamado *Política Externa Africana Contemporânea*²² com bibliográfica básica toda voltada para compreender de política internacional africana (UNILAB, 2021). Portanto, cabe a questão se a produção têm se debruçado sobre a política externa de países africanos que não são parceiros na integração que a UNILAB propõe alcançar ou sobre as organizações intergovernamentais africanas ou

²² A ementa do componente supramencionado é a seguinte: “Formação históricas dos Estados africanos contemporâneos no século XX. Análise da formação do sistema interafricano, sua inserção mundial e sua atuação no continente. Estratégias da política externa de África subsaariana a partir de seus Estados articulados em organismos continental e regionais, a OUA/UA, CEDEAO, SADC, COMESA, CEMAC, CEA, PALOP. Debater de que forma as resoluções da OUA/UA tem impactos na formulação das políticas externas de respectivos países africanos. Estudos de caso de políticas externas de Estados africanos subsaarianos com a EU, UE, China, Índia, Rússia, Turquia, Brasil, Cuba, e outros parceiros tradicionais ou emergentes. O lugar da África no século XXI, desafios e oportunidades”. (UNILAB, 2021, p. 89)

entidades da sociedade civil de maneira geral. A **Tabela 6.** (estudos africanos), como já vimos, aponta que organizações como a CEDEAO e a SADC são amplamente mencionadas. Diferentemente, a categoria “política externa latino-americana” não aparece nenhuma vez no conjunto de TCCs. Embora também tenhamos um componente obrigatório chamado “Política Externa do Brasil na América Latina”, não identificamos textos sobre contextos latino-americanos especificamente na temática de política externa nos títulos, resumos, palavras-chave, introduções e conclusões (UNILAB, 2021).

Por último, outras categorias que são conceitos muitas vezes mobilizados nos textos de RI como “governança”, “inserção internacional”, “imagem internacional”, “soft power”, “hard power” aparecem de forma relativamente significativa na quantidade de documentos em comparação às demais categorias da **Tabela 9.** Isso naturalmente indica que os conceitos próprios das RI no concernente à política externa e cooperação, mas não necessariamente somente relacionados com essas áreas, vêm sendo mobilizados na produção, como esperado. Concluimos, portanto, com essa seção que a produção tem refletido ainda insatisfatoriamente a APP. No entanto, no concernente a cooperação e APE, tem alcançado os objetivos do PPC de RI e da UNILAB, embora valha a pena enfatizar que a APE está aquém dos trabalhos sobre cooperação. Toda essa produção se intersecciona umbilicalmente com os Estudos Africanos, tal como acontece em outras áreas aqui analisadas. De qualquer maneira, nosso recorte temporal cobre 2019 a 2024 e atualmente no segundo semestre do ano de 2025 há um total de 119 estudantes matriculados no curso e também o processo de implementação de um programa de Mestrado Profissional em Governança e Políticas Públicas²³ vinculado ao colegiado de RI que acreditamos que irá contrabalancear e endossar mais pesquisas de APP, especialmente do ponto de vista de difusão/transferência e análises comparativas.

5.4 ESTUDOS DA DIÁSPORA, RAÇA E RACISMO

As relações étnico raciais nas RI é o único campo de estudo que não selecionamos enquanto temática no **Tabela 2.** Raça e racismo são cada vez mais uma área de estudos que vai se consolidando nas RI e na contribuição de teorias pós-positivistas como o Pós-colonialismo que tem a questão racial como um dos pontos centrais da análise sobre a relação de poder entre nações no SI. No entanto, o enquadramento dos trabalhos em relações étnico raciais se mostrou

²³ O Mestrado Profissional em Governança e Políticas Públicas foi lançado em evento no auditório dos Malês para iniciar suas atividades em 2026, tendo o PPC e o Regimento Interno do mestrado sido aprovado pelas instâncias da UNILAB e do MEC. <https://unilab.edu.br/2025/09/27/xi-semuni-apresentacao-de-novo-mestrado-profissional-lota-auditorio-dos-males/> Acesso em: 21 nov. 2025.

relativamente obscuro, uma vez que dentro do conjunto de trabalhos poucos textos mencionam “raça” ou “racismo” em seus títulos, resumos ou palavras-chave, diferentemente, por exemplo, dos textos que enquadrados nos Estudos de Gênero que continham termos como “mulheres”, “gênero” e etc. Nesse sentido, optamos por discorrer nesta seção sobre os trabalhos que mais mencionam raça e racismo no corpo dos textos, inclusive abrangendo trabalhos que abordam experiências de racialização de povos não-negros como povos nativos americanos (indígenas nas Américas), ao passo que no âmbito dos Estudos da Diáspora selecionamos os trabalhos que abordam a experiência de africanos e afrodescendentes na diáspora. E claro, tal como nas demais subseções, testamos as categorias em todos os documentos.

Os TCCs de Gonçalves (2022), Pereira (2021), Silva (2023) e Djabi (2021) se concentram em questões de imigrantes e refugiados. Gonçalves (2022) reflete sobre as imagens que a mídia hegemônica produz sobre imigrantes haitianos no Brasil. Ela identifica que o racismo é exercido pela mídia contra haitianos com a veiculação de estereótipos e a invisibilização da situação dos migrantes haitianos no Brasil. Djabi (2021) pesquisa a islamofobia contra migrantes afro-muçulmanos em Salvador, São Francisco do Conde e no interior de Santa Catarina. Seu trabalho aborda a xenofobia, racismo e islamofobia condensadas na experiências de migrantes africanos muçulmanos, tanto estudantes quanto trabalhadores. Evidencia-se como o caráter transnacional de estereótipos sobre muçulmanos relacionados ao terrorismo impactam a experiência de seus interlocutores.

Já Pereira (2021) e Silva (2023) pautam a situação de refugiados. No caso do trabalho de Pereira, evidencia-se como discriminação racial é um dos critérios para concessão do status de refugiado ou migração forçada segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, ele menciona um caso de migrantes camaroneses que vivem em nações majoritariamente brancas e que, ao solicitar a entrada no Brasil, não tiveram permissão concedida pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). Silva, como já comentamos em outro momento do texto, destrincha a questão LGBTQ+ e a utilização do dispositivo do refúgio como forma de garantir direitos dessa população. A partir de uma perspectiva decolonial, o autor reflete sobre a história da migração internacional no Brasil considerando que a escravidão atlântica foi uma experiência de migração forçada que forja as estruturas sociais, políticas e econômicas do país assentada na produção de violências e violações de direitos com base em raça e gênero.

TCCs como de Umbelina (2021) e Neto (2022) se destacam por refletirem sobre a questão das populações indígenas no Brasil. Ambos os textos, embora tenham objetivos diferentes, pensam a correlação entre colonização, racialização de povos indígenas, questão

ambiental e racismo. O trabalho de Umbelina (2021) contribui para que se entenda a atuação de organizações não-governamentais na questão amazônica, tendo como estudo de caso o Greenpeace. O trabalho não tem o racismo contra os indígenas como principal tópico, mas em sua análise aponta que o racismo anti-índigena existente no Brasil e o desmatamento da floresta amazônica por interesses econômicos legais e ilegais avançam no sentido do aprofundamento do racismo contra povos nativo-americanos. Já Neto (2022) em “*A convenção 169 da OIT na América Latina: violações e construção da agenda de direitos dos povos indígenas*”, aborda como estudo de caso a Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós no Brasil e a exploração de petróleo no território do povo Sarayaku no Equador. O autor chega a conclusão que, embora exista instâncias governamentais que reconheçam os direitos dos povos indígenas, a efetivação dos mesmos são dificultadas por setores do Estado e de empresas que têm interesse no avanço do extrativismo predatório. Djú (2023) também explora a questão climática e utiliza o conceito de racismo ambiental para demonstrar que as mudanças climáticas afetam povos negros e indígenas de maneira desproporcional.

No concernente à experiência de africanos na diáspora, destacam-se trabalhos que abordam a mobilidade estudantil africana para o Brasil. Estes, mesmo que não analisem diretamente o racismo enquanto objeto, perpassam o entendimento da racialização que as vivências destes estudantes apresentam em um contexto racial no geral desconhecido por estes jovens ou da estrutura educacional eurocêntrica na história da universidade no Brasil. Entre eles estão os trabalhos que já abordamos na subseção sobre cooperação como de Sousa (2020), Rosário (2020), Có (2023). Rosário (2020), em “*Países do Sul Global: Sobre a cooperação educacional entre Brasil e a África lusófona*”, não aborda a experiência do racismo vivenciada pelos estudantes, mas demonstra em sua contextualização para analisar a cooperação educacional entre Brasil e PALOP o histórico de exclusão sistemática de negros e negras nos bancos universitários brasileiros, pontuando também o eurocentrismo presente em seus currículos. Nessa mesma direção, Có (2023) faz reflexões sobre o caráter da reparação histórica que fundamenta o projeto da UNILAB. Por outro lado, o trabalho de Sousa (2020), em “*As relações Brasil-Angola: Análise da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento no campo do ensino superior (2003-2016)*”, identifica na experiência dos estudantes angolanos no Ceará e na Bahia, a xenofobia e racismo enquanto desafios para consolidação do projeto da UNILAB.

O trabalho de Mendes (2022) já comentado acima, propõe o conceito de Ubuntu enquanto potencial analítico em contraponto do racismo epistêmico presente nas teorias de RI. Portanto, seu trabalho se debruça diretamente sobre o viés racial e excludente dessas teorias e ainda que se trate de um texto teórico, sua crítica se insere também nas relações étnico raciais.

Outros três trabalhos bem representativos de pesquisas que articulam as relações étnico raciais são os TCCs de Santiago (2022), Rosário (2023) e Moura (2024). O trabalho de Santiago, o *“Transnacionalização de lutas contra-hegemônicas nas Relações Internacionais: o caso do Movimento Zapatistas, no México, e do Movimento pela Sobrevivência do povo Ogoni, na Nigéria”*, é de um dos poucos trabalhos que se dedicam a movimentos sociais enquanto objeto. A partir da Sociologia das Relações Internacionais, a autora faz uma comparação de dois países diferentes do Sul Global, os Zapatistas do México que lutam pela terra e o povo Ogoni da Nigéria que lutam para resguardar suas terras contra o racismo ambiental. Santiago demonstra como a globalização neoliberal afeta diferentes realidades e, em contraste ao modelo capitalista de espoliação e desmatamento, as resistências políticas desses movimentos colocam a terra como elemento fundante na identidade. Essa relação, além de contestar modelo ocidental de sociedade com a propriedade privada, acabam por questionar também valores como liberdade, democracia e direitos.

Os TCCs de Rosário (2023) e Moura (2024), em nossa perspectiva, tem uma relevância particular, uma vez que ambos estão se debruçando sobre experiências locais e interioranas nas relações internacionais. Isto é, esses trabalhos espelham o propósito da universidade de interiorização e internacionalização de seus quadros, e a produção deles reflete estes dois princípios que fundamentam a existência da UNILAB. Além disso, tratam diretamente das experiências de comunidades majoritariamente negras e afrodescendentes. O trabalho de Rosário (2023), *“Diplomacia Quilombola nas Relações Internacionais: do local ao global no Quilombo do Jatimane”*, produzido pela primeira estudante quilombola a formar no curso, investiga a atuação internacional da comunidade quilombola da autora com o objetivo de defender a diplomacia quilombola como conceito. A partir do Quilombismo de Abdias Nascimento e do conceito de Amefricanidade de Lélia Gonzalez, a autora desafia elementos epistemológicos de teorias ditas clássicas nas RI e a centralidade e o monopólio do Estado como ator central e hegemônico nas relações internacionais. Ela conduz entrevistas com 11 pessoas, além de usar da sua própria experiência, localizada como membro da comunidade e também pesquisadora sobre a prática política de atuação internacional a partir do Quilombo do Jatimane. A análise do racismo se coloca como central da pesquisa, especialmente na parte teórica do trabalho. Rosário coloca que

Ao incorporar o pensamento negro brasileiro e os saberes e ações quilombolas, é possível construir um campo de estudo mais inclusivo e plural no âmbito das RI, que valoriza as contribuições e experiências de comunidades quilombolas e de outras comunidades marginalizadas. Através desse trabalho podemos refletir sobre a importância da participação das comunidades locais e quilombos nas RI, extraindo

lições e inspirações para outras comunidades que buscam fazer valer suas vozes no cenário global. Essa é a relevância de pensar a diplomacia quilombola como um conceito a ser interiorizado e legitimado, que busca também fortalecer as relações diaspóricas entre as comunidades negras no Brasil e outras comunidades negras no mundo (Rosário, 2023, p. 35).

Já o TCC de Moura (2024) se debruça sobre as implicações da privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) em São Francisco do Conde, município sede do Campus dos Malês da Unilab. O autor demonstra as contradições existentes nos fundos soberanos, oferecendo uma introdução sobre a temática destes atores, que por mais que sejam públicos, atuam na prática como empresas privadas. O fundo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos que constitui a Acelen adquirem a refinaria da empresa estatal brasileira Petrobras, aumentando os impactos ambientais e sociais que afetam fortemente as comunidades quilombolas, bairros e distritos da cidade. O autor identifica na internacionalização da gestão da refinaria para um grupo do Oriente Médio, uma problemática da responsabilização pelos danos ambientais e sociais causados pela empresa. O trabalho articula a noção de racismo ambiental para analisar a relação entre governança global e impunidade. Moura (2024), tal como Rosário (2023), localiza sua posição no universo da pesquisa como forma de desarticular pressupostos positivistas que não serviriam ao objetivo da investigação. Ele explica que

A problemática surge da minha experiência enquanto estudante do Bacharelado em Relações Internacionais (RI) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma universidade federal localizada no interior da Bahia, no município de São Francisco do Conde, sede da refinaria, que se constitui enquanto uma iniciativa de cooperação internacional e cumpre o importante papel de ampliar o acesso à educação superior para territórios que carregam imenso simbolismo histórico. Ao ter contato com as teorias e conteúdos, e por ser do município e ter tido a minha primeira experiência de trabalho na RLAM, a sua venda para um fundo soberano despertou atenção, fato que instigou a essa investigação e busca por explicações para as implicações desse cenário. Ademais, pensar as Relações Internacionais a partir de uma região considerada como “interior/doméstica” desafia a noção tradicional que informa aquilo que tradicionalmente se constitui enquanto objeto de estudo do “internacional” no campo das RI. A Unilab possui um projeto pedagógico que oferece uma perspectiva que valoriza o local e o global simultaneamente e que implica uma noção de co-constituição entre ambas as esferas. Ao observar as dinâmicas globais através das lentes das comunidades locais, pode-se captar nuances e interconexões que moldam a política, a economia e a sociedade de maneiras talvez sutis para os olhares macroteóricos dominantes na área, porém poderosas. Portanto, analisar as RI a partir do olhar de dentro do município permite uma compreensão abrangente e inclusiva dos processos que estruturam as dinâmicas do presente estudo. (Moura, 2024, p. 4)

Evidentemente que TCCs como de Moura e Rosário apontam para a concretização dos pressupostos epistemológicos do bacharelado que se compromete com uma formação dos(as) estudantes a nível dos estudos das relações étnico-raciais. Entretanto, cabe também testar o que

as categorias selecionadas na **Tabela 10**. indicam do ponto de vista temático de agenda de pesquisas nos documentos analisados.

Tabela 10 - Categorias de Raça, racismo e Estudos da Diáspora

Categorias	Nº de vezes mencionada	% no total de vezes de todas categorias juntas	Nº de documentos
Diáspora Africana	5	0,42	3
Diáspora	27	2,27	13
Negro	50	4,20	18
Afro-Brasileiro	4	0,34	3
Afrodescendente	1	0,08	1
Indígena	62	5,21	9
Povos Indígenas	123	10,34	9
Identidade negra	2	0,17	2
Quilombo	49	4,12	2
Quilombola	75	6,30	2
População quilombola	0	0	0
Quilombismo	31	2,61	1
Amefricanidade	15	1,26	1
Amefricanos(as)	3	0,25	1
Eurocentrismo	4	0,34	4
Europa	176	14,79	53
Supremacia Branca	1	0,08	1
Branquitude	0	0	0
Negritude	5	0,42	3
colonialismo	149	12,52	45
pós-colonialismo	5	0,42	3
pós-colonial	38	3,19	21
descolonização	75	6,30	34
neocolonialismo	23	1,93	13
colonialidade	28	2,35	8
relações étnico-raciais	1	0,08	1

etnia / étnico	37	3,11	21
raça	89	7,48	27
racismo	74	6,22	24
racismo estrutural	3	0,25	3
racismo ambiental	7	0,59	3
discriminação racial	9	0,76	7
preconceito racial	0	0	0
xenofobia	16	1,34	5
racismo religioso	2	0,17	1
reparação histórica	5	0,42	3
Todas as categorias e todos os documentos	1190	100	74

Fonte: elaborado pelo autor a partir do software MAXQDA 2020

A **Tabela 10.** é a que, no total de categorias, tem menor número de categorias mencionadas em relação às outras áreas trabalhadas nesta pesquisa, o que já indica que a área que tem sido de menor interesse do conjunto de autores. As categorias que mais alcançaram uma diversidade de trabalhos são “Europa”, “colonialismo”, “pós-colonial” e “descolonização”, o que nos permite inferir que inclusive os textos que discorremos acima enquanto parte da área de relações étnico-raciais e estudos da diáspora tendem a centralizar mais as experiências e fenômenos no continente africano e não fora dele. Embora a categoria “Europa” apareça muitas vezes, ela pode estar relacionada a uma miríade de interpretações, desde a Europa enquanto região geopoliticamente relevante do Norte Global até às desigualdades produzidas pelo colonialismo europeu em África e nas Américas. Percebemos que a segunda interpretação é mais provável, ou seja, a leitura da Europa como protagonista do colonialismo ou da influência que a descolonização busca findar. Isso explica, inclusive, a amplitude de documentos que as categorias “colonialismo”, “pós-colonial”, “descolonização” e até mesmo “neocolonialismo” alcançam. A Europa poucas vezes aparece como objeto principal das pesquisas e sempre em relação especialmente a objetos dos Estudos Africanos.

Tendo em vista isso, as demais categorias que são mais utilizadas em contexto dos estudos das relações-étnico raciais no Brasil, como “racismo ambiental”, “racismo estrutural”, “racismo institucional”, “discriminação racial” e “preconceito racial”, “racismo religioso”, “reparação histórica”, “supremacia branca”, “branquitude”, aparecem relativamente pouco. A

baixa incidência da categoria “relações étnico-raciais” aponta que a produção não tem nominalmente mencionado a área. Por outro lado, o número de documentos em que as categorias “raça”, “racismo” e “etnia/étnico” aparecem são quase o triplo de vezes que as categorias anteriormente apresentadas neste parágrafo e estão em quase 30% dos documentos. O que constatamos é que raça, racismo e etnia não estão sendo objetos centrais no conjunto de investigações.

Nas categorias relacionadas diretamente a questão das identidades, tais como “negro”, “afro-brasileiro”, “afrodescendente”, “indígenas”, “povos indígenas”, “quilombola” e “população quilombola”, aparecem pouquíssimas vezes tanto a nível de frequência quanto de documentos. Ou seja, mais uma vez, reafirma-se o argumento que a produção no geral não está preocupada com questões de raça e de racialização ou com estas experiências em contextos diaspóricos no Brasil. Dentre essas categorias, “negro” e “povos indígenas” aparecem em mais documentos. Estas categorias, ainda que façam parte do histórico de racialização de grupos humanos no Brasil, também fazem parte da gramática do colonialismo no continente africano, especialmente do colonialismo português que atribuiu um lugar de primitivos para povos negros e africanos em suas próprias terras. Essa é uma característica central do que muitos chamam de colonialismo tardio português e autores como Cahen (2015) afirmam que o Indigenato se manifestava como um componente imprescindível do modo de produção do capitalismo português.

As duas categorias que optamos por testar enquanto representante de possibilidades do pensamento negro brasileiro nas RI, “quilombismo” e “amefricanidade”, aparecem em apenas um documento que certamente é o de Rosário (2023). Ou seja, estes conceitos ou propostas teóricas não estiveram no interesse da produção que recortamos, o que mais uma vez indica que além da produção na área das relações étnico-raciais estar aquém do que preconiza o PPC, o pensamento político afro-brasileiro não tem sido explorado. A categoria “pós-colonialismo” também tem pouca incidência, o que pode sugerir não só que propostas teóricas/conceituais afro-brasileiras não estão sendo trabalhadas, como também que propostas teóricas/conceituais pós-coloniais de outras cartografias epistemológicas também não estão. As categorias “colonialidade”, “diáspora africana” e “diáspora” aparecem mais do que as categorias supracitadas, mas ainda em quantidade insuficiente de documentos, o que não desafia o argumento que a produção esteja aquém do que estabelece o PPC em seus princípios curriculares.

Portanto, concluímos que a produção nessa área está representada desproporcionalmente em relação às outras áreas aqui analisadas e, portanto, esse é um

indicativo que em futuras mudanças curriculares no PPC, mudanças devem ser realizadas no sentido de incentivar mais produções nessa área, não só em TCCs, mas também em outras atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB, ainda que seja um curso novo, com menos de uma década de existência, tem demonstrado sua singularidade na área da pesquisa. A consolidação do curso enfrenta desafios comuns a outros cursos no Campus dos Malês, como também desafios particulares do próprio curso. Ainda assim, demonstramos como, no que se refere à produção científica, a partir de um recorte na análise dos TCCs, tem consolidado agendas importantes para transformar a paisagem temática das RI no Brasil. Diante dos objetivos de avaliar se a produção de TCCs tem refletido os princípios curriculares previstos no PPC do curso e oferecer um panorama geral da produção do ponto de vista temático, metodológico e teórico, a presente pesquisa nos permitiu chegar a alguns resultados.

Ao longo da investigação, constatamos que a produção de TCCs tem refletido os princípios curriculares previstos no PPC do curso, ainda que parcialmente. Fica visível que o bacharelado se diferencia por ter produções com um grande potencial para a consolidação dos Estudos Africanos nas RI. O fato das pesquisas quase que absolutamente se dedicarem a analisar fenômenos e objetos associados à política internacional africana constata que o curso se alinha à diretriz de integração internacional entre África e Brasil. Guiné e Angola têm sido os dois países que têm mais suscitado o interesse dos(as) estudantes, algo consoante com a maioria de estudantes dessas nacionalidades entre os egressos. A África Ocidental tem sido a região mais abordada e o Golfo da Guiné é a macrorregião mais mencionada.

No âmbito dos Estudos de Gênero, a produção além de se entrelaçar com os Estudos Africanos, característica singular do conjunto de textos, tem desenvolvido pesquisas que dão visibilidade para os desafios da mulher, especialmente africanas na diplomacia e na participação política. O feminismo africano tem sido uma tendência teórica explorada na produção nos Estudos de Gênero..

Os TCCs também têm demonstrado um grande potencial para estudos de cooperação e análise de política externa de países africanos. A modalidade de cooperação mais explorada é a Sul-Sul e os projetos de educação foram os mais mencionados. No entanto, projetos no setor da infraestrutura são significativamente apreciados e, por mais que o número de menções não seja tão alto, pela interpretação geral dos textos é possível identificar que a questão do investimento estrangeiro, especialmente chinês no setor da infraestrutura, se mostra como um elemento importante da produção. Por outro lado, foi possível perceber que a produção tem estado aquém em relação aos trabalhos de Análise/Avaliação de Políticas Públicas, havendo além de poucas menções das categorias representativas da APP, apenas dois trabalhos

identificados que se debruçam diretamente sobre políticas públicas. Esta é uma área que deve ser mais explorada pelo bacharelado para incentivar mais pesquisas, o que deve acontecer em breve através do processo de implementação do Mestrado Profissional em Governança e Políticas Públicas.

Nos estudos das relações étnico raciais, a produção também deixa a desejar, sendo a área que conseguimos enquadrar menos textos nas categorias que foram as menos mencionadas em toda produção. Ou seja, por mais que os debates de raça e racismo não sejam totalmente ignorados, a produção não atende suficientemente o princípio curricular dessa área fundamental para deslocar o pensamento hegemônico nas RI. Entretanto, é importante salientar que as poucas pesquisas que trabalham essa temática direta ou indiretamente oferecem uma contribuição distinta e especialmente simbólica na utilização do racismo e raça como lente analítica para entender os fenômenos característicos das RI.

A pesquisa também apresenta limitações sob a perspectiva de entender o conjunto de textos mais detalhadamente. Entre elas está a possibilidade de mensurar mais profundamente as correntes teóricas e metodologias utilizadas, uma vez que a análise de conteúdo categorial deixa lacunas para compreender se os(as) autores(as) estão efetivamente seguindo as metodologias e teorias que se propõem ou mencionam nas pesquisas. Apesar das limitações, acreditamos que a nossa metodologia conseguiu oferecer um panorama que pode suscitar outras pesquisas sobre a produção e atividade do curso que visem, por exemplo, mensurar as atividades de pesquisa e de extensão do bacharelado mediante os seus princípios curriculares e objetivos institucionais. Há um campo profícuo cada vez maior de análise da UNILAB enquanto política pública e nossa investigação procurou endossar essa agenda de pesquisa ao afirmar, a partir de evidências do conjunto de TCCs do repositório do curso, as especificidades da produção do Bacharelado em Relações Internacionais desta instituição.

REFERÊNCIAS

- AKYEAMPONG, Emmanuel. A voz africana em Estudos Africanos hoje. *In: O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de perspectivas africanas*, vol. III, Fundação Alexandre Gusmão, 2016
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Qual África? Significado da África para o movimento negro no Brasil. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho, 2007, p. 25-56
- ALFREDO, Agostinho Inácio de Andrade. Cooperação Angola-China na área da infraestrutura: análises de impactos para Angola. 23 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.
- AMADIUME, Ifi. (2015). *Male daughters, female husbands: Gender and sex in an African society*(Kindle ed.). Zed Books.
- AMADIUME, Ifi. (1997) *Re-inventing Africa Matriarchy, religion and culture*.
- ANDRADE, Cardoso Domingo. Cooperação Sul-Sul: o caso de investimento direto da China em Moçambique no setor da infraestrutura. 18 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.
- ANDRADE, Mayara Amaral de. O racismo por denegação na construção da política externa brasileira. *In: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais (orgs.). Ao Sul do Atlântico negro: interpelações decoloniais/afrodiaspóricas ao campo das relações internacionais*, Cachoeirinha, Fi, 2023.
- ASANTE, Mofeki Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: Introdução a uma ideia. *In: Ensaios Filosóficos, Volume XIV– Dezembro*. 2016
- BANDEIRA, Macaulay Pereira. Campus dos Malês: entre resistência e caminhos de internacionalização, reflexos locais da política externa brasileira para África. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Luís Antero Reto , Augusto Pinheiro (trad.), Edições 70, 2016, São Paulo
- BELL, Race and international relations: introduction. *In: Cambridge Review of International Affairs*, 2013 , Vol. 26, No. 1, 1–4. University of Cambridge
- BENDO, Margarida Duete Lourenço. Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde / Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.
- BEZERRA, Alessandra Viviane Vasconcellos. De mucama à trabalhadora doméstica: processos de descolonização de papéis subalternos: similaridades entre Brasil e Angola. *In:*

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais (orgs.). Ao Sul do Atlântico negro: interpelações decoloniais/afrodiaspóricas ao campo das relações internacionais, Cachoeirinha, Fi, 2023.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão identidade; tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2017. Seção 1. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2236> Acesso em: 20 out. 2025.

CÁ, Capcine Casimiro. Participação política das mulheres em África: analisando o caso da Guiné-Bissau. 2023. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

CANDÉ, Iero. Desafios da problemática do terrorismo na África Ocidental de 2000 a 2018 : uma avaliação do papel de CEDEAO. 62 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

CARDOSO, Lauro José de Assunção Rosa. Redes e trajetórias transatlânticas de estudantes africanos e africanas na Unilab. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2024

CHIPAIKE, Ronald; KNOWLEDGE, Matarutse H. The question of African agency in international relations. In: *Cogent Social Sciences* (2018), 4: 1487257.

CARDOSO, Paulo Jorge dos Santos Renner. O movimento pendular da cooperação São Tomé e Príncipe China / Taiwan / China : história, escolhas e impactos. 55 f.. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

CAHEN, Michel. Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. In: *África* (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 35, p. 129-155, 2015

CÓ, Victória. Cooperação Sul-Sul : cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área da Educação Superior. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

CORREIA, Danildo Camala. Papel da CEDEAO na manutenção da segurança na Guiné-Bissau (2012-2019) 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

CRISTÓVÃO, Edna Diogo. Mulheres africanas na liderança: presença e influência na União Africana. 17 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

CULO, Lucas Tchivinda Kaunda. A política externa de Angola: processos e pilares para elaboração da política externa de Angola nos tempos atuais e suas tendências para o futuro. 27 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)*. 2011. Rio de Janeiro, Paz e Terra

DA MATA, Elvira Fernandes Mendes. A participação política das mulheres na diplomacia dos PALOPs : das lutas pela libertação nacional aos Estados pós-coloniais. 23 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

DE LUCCA, Daniel; BUTTI, Rafael Palermo. Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano. In: Anuário Antropológico v. 46, n. 1, pp. 119-144. (janeiro-abril/2021) • Universidade de Brasília.

DE SÁ, Nemésio Alves. Política externa e Igreja Católica na Guiné-Bissau: uma exploração histórica. 22 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

DJABI, Abdulai. O islã transnacional da África Ocidental à Bahia : imigração e comunidades afro-muçulmanas em Salvador e São Francisco do Conde. 83 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

DJÚ, Iqui. A justiça climática e ambiental: uma resposta aos impactos das mudanças climáticas no Sul Global. 35 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

DU BOIS, W.E.B. *Almas da Gente Negra* - 1999, Ed. Lacerda, Rio de Janeiro, Heloísa Toller Gomes (trad.)

ESPÍRITO SANTO, Adaysan do. A política externa como instrumento do poder brando : um estudo de caso do Soft power da China. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2005. Ed. UFJF. Juiz de Fora.. (trad. Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães.)

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Políticas públicas e relações internacionais*. - Brasília: Enap, 2018

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *In: Interseções* [Rio de Janeiro] v. 14 n. 2, p. 335-371, dez 2012

FERNANDES, Florestan. O negro na sociedade de classes. 5ª edição, Ed. Globo, 2008, São Paulo.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *In: Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 73-90 - 2010

FERREIRA, Thuila Farias. Entre femocracia e feminismo: transformações e atuação dos movimentos/organizações de mulheres africanas do período transição de poderes ao fim dos principais conflitos civis (anos 1970-2000). *In: KARPOWICZ, Débora Soares; KARAWEJCZYK, Mônica; FREITAS, Muriel Rodrigues de (organizadoras). Mulheres fazendo história: da invisibilidade ao protagonismo*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2022. p. 261-289.

FILHO, Wilson Trajano. Estudos africanos: as experiências com a interdisciplinaridade. *In: O público e o privado - Nº 23 - Janeiro/Junho - 2014*

GARCIA, Edmilson Ricardo Ramos. Fome e segurança, soberania alimentar em Angola: agendas e políticas públicas de combate. 26 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022

GILROY, Paulo. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. (trad. Cid Knipel Moreira. - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, Aila Ant3nio. Sociedade civil e soberania alimentar: desafios de rede de soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB). 18 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

GOMES, Ivanildo Carlos. Impacto da guerra da Ucrânia-Rússia na geopolítica da fome nos países da África Ocidental: caso da Guiné-Bissau (2022-2023). 33 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

GOMES, Nilma Lino. LIMA, Aristeu Rosendo Pontes. SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota. UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: O desafio de uma experiência acadêmica na perspectiva da cooperação Sul-Sul. *In: Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais | Vol.1 - n.1 - 2018* (p. 93- 110)

- GONÇALVES, Elisa de Almeida. A construção do imaginário midiático dos migrantes haitianos no Brasil. 15 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.
- GONÇALVES, Vinícius Guimarães Reis. (2018), Estudos Africanos e Relações Internacionais: Paradigmas e Dinâmicas do Território Africano. *In: Revista NEIBA*, cadernos Brasil-Argentina, v.7, dossiê SimpoRI.
- GONZAGA, Gabriel. O Atlântico Negro e as Relações Internacionais: aproximações sobre raça e racismo, identidade cultural e diáspora africana. *Ao Sul do Atlântico negro: interpelações decoloniais/afrodiaspóricas ao campo das relações internacionais*, Cachoeirinha, Fi, 2023.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. (1988). *In: Primeira para Rosas Negras*, Lélia Gonzalez. (2018), Diáspora Africana, Editora Filhos de África - São Paulo
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. (1988), *In: Primeira para Rosas Negras*, Lélia Gonzalez. (2018), Diáspora Africana, Editora Filhos de África - São Paulo
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1980), *In: Primeira para Rosas Negras*, Lélia Gonzalez. (2004), Editora Filhos de África - São Paulo
- HOPFFER, Carla Frederico. As mulheres no comércio informal e no desenvolvimento na Guiné-Bissau. 2024. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 149-160
- INDI, Nicandro Oquete. Política externa da Guiné-Bissau: os atores constitucionais e extras-constitucionais. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.
- INFANDE, Beto. Relações econômicas e comerciais entre a China e o continente africano: o caso da Guiné-Bissau na área da infraestrutura. 23 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.
- JESUS, Salatiel Marinho de. A agricultura como ferramenta de desenvolvimento nos projetos de cooperação técnica Brasil-África. 23 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.
- JOÃO, Domingos Faustino Pedro. Políticas de transferência de renda: uma análise do programa angolano (Kwenda) e da influência do modelo latino-americano na construção do modelo. 29 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

JOSÉ, Jerusa Gonçalves. Participação da mulher angolana na política. 2023. 47 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

JULIÃO, Taís Sandrim. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. In: *Revista Monções: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Jul/Dez 2012*

JUNIOR, Wilson Mendonça; DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 58 (1): 5-22 [2015]

LE MELLE, Tilden J. Race in International Relations. In: *International Studies Perspectives* (2009) 10, 77–83.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva* / Patrícia Soares Leite. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LENINE, Enzo; SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. In: *Revista Organizações & Sociedade* 2022, 29(100), 100-124

LINO, Paula Celeste da Silva. Cooperação China-Angola : o estudo de caso da ferrovia de Benguela. 54 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

LOPES, Júlio Sani. Política Externa, cooperação Sul-Sul; cooperação internacional para o desenvolvimento, China, África. 27 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

MALOMALO, Bas’Ilele. Estudos Africana ou novos Estudos Africanos: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. In: *Revista do X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores negros*, 12 a 17 de novembro de 2018. Uberlândia - MG

MANÉ, Binto. Os dilemas da consolidação de segurança alimentar e nutricional nas zonas rurais da Guiné-Bissau: O papel do PMA no fortalecimento da segurança alimentar das populações rurais, especialmente das mulheres. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

MANÉ, Elma Pereira. Uma análise crítica sobre a Cooperação Sul-Sul da Guiné-Bissau: os interesses em jogo na cooperação entre China e Guiné-Bissau. 22 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo, Editora Unesp.

MENDES, Clemente. Ubuntu: uma contribuição crítica às teorias convencionais positivistas nas Relações Internacionais. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

MENDES, Fino Vessam. A política externa da Guiné-Bissau e a sua relação com o Banco Mundial. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

MENDES, Xavier Sanca. A política externa dos Estados Unidos para as mudanças climáticas durante o governo Donald Trump. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os desafios de sua caracterização como política pública. *In: Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MIYAMOTO, Shiguenoli, O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte *In: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 12: 83-98 JUN. 1999*

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *In: Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013*

MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Pós-guerra civil em Angola: os caminhos da reconstrução sociopolítica nos anos 2002 a 2010. 18 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

MOORE, Carlos. África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

MOURA, Emerson da Purificação. Fundos soberanos de investimento, governança e impactos socioambientais: o caso da refinaria de Mataripe em São Francisco do Conde. 30 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

MUHONGO, Marcelina Dulce. Representatividade feminina na SADC: luta política e participação das mulheres nos processos de tomada de decisão. 2023. 27 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

MUNICA, Martinho Fonseca. Cooperação Brasil-África: uma abordagem da política externa do governo Lula (2003-2010) e pós-Lula para os países dos PALOPs. 2022. 27 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

NAHANA, Belina Loth. As zungueiras na ponta da circulação internacional de mercadorias: um estado sobre os impactos da economia informal em Angola. 20 f. Artigo (Bacharelado em

Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

NHASLAMBÉ, Luís Carlos Mida. Processo decisório em política externa: como as características constitucionais da Guiné-Bissau contribuem para a instabilidade política crônica do país. 27 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. 3a ed. Perspectivas - São Paulo. 2016

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista. 3ª ed. Perspectiva - Rio de Janeiro / IPEAFRO - 2019

NASCIMENTO, Danielle Passos Gonçalves do. Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural amefricanidade de Lélia Gonzalez e as teorias das Relações Internacionais. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título do bacharel em Relações Internacionais, São Cristóvão, SE, 2021

NETO, Eduardo dos Santos. A Convenção 169 da OIT na América Latina: violações e construção da agenda de direitos dos povos indígenas. 32 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

NUNES, Elisa Numala Correia. A participação da mulher na diplomacia angolana. 2021. 49 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

ONCAMPO, Locarine Udulciene Mendes. Representatividade das mulheres africanas nas Conferências Mundiais da Mulher (1975 - 1995). 2020. 57 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. The invention of women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo. (2021)

PEREIRA, Manuela Gomes. Representação das mulheres nos altos cargos da tomada de decisões da ONU: caminhando para uma paridade de gênero? 2020. 68 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

PEREIRA, Reynan Rodrigo Baraúna. Atuação do Conare e sua relação com os regimes internacionais para refugiados. 48 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

PINHEIRO, Letícia; GONÇALVES, Fernanda Nanci. O estudo da política externa como política pública: vinho velho em garrafas novas? *In: Revista Tempo do Mundo | rtm | n. 33 | dez. 2023*

QUADROS, Mariana Felix de. Descolonizando as Relações Internacionais: a raça e o racismo como categoria de análise. *In: Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF – V. 18, N. 1, p. 39 - 57, JAN/JUL 2019*

RIGUEIRA, Paulo. Relações internacionais como disciplina. *In: Relações Internacionais, dezembro, 2012, v. 36 [pp. 023-046]*

ROCHA, Marianne da Silva. Abdias do Nascimento e os Congressos Pan-africanistas: uma biografia. *In: Civitas 24: 1-12, jan.-dez. 2024*

ROSÁRIO, Iuri Santos Silva do. Países do Sul Global: sobre a cooperação educacional entre Brasil e África lusófona. 23 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

ROSÁRIO, Pedrina Belém do. Diplomacia quilombola nas Relações Internacionais: do local ao global no quilombo do Jatimane. 41 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

SACAVINDA, Paula Graça. Política externa de Angola : comércio internacional e integração econômica regional na SADC. 61 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo Fortes Jerónimo. Mulheres na diplomacia contemporânea: desafios e perspectivas nas Relações Internacionais. 2019. 47 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau. 2019. 51 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

SANCA, Naentrem Manuel Oliveira. Inserção da mulher na carreira diplomática: o caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito para obtenção do grau de Mestra em Relações Internacionais. Salvador, Bahia. 2025

SANSONE, Lívio. Da África ao Afro: Uso e abuso da África entre intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *In: Afro-Ásia, 27 (2002), 249-269*

SANTIAGO, Milena Santos. Transnacionalização de lutas contra-hegemônicas nas Relações Internacionais : o caso do movimento Zapatistas, no México, e do movimento pela sobrevivência do povo Ogoni, na Nigéria. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EdUnB, 1996.

SCHLICKMANN, Mariana. A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980. In: *Temporalidades*, v.8, n. 1 (jan/maio) 2016 - Belo Horizonte.

SEGUNDA, José Rodrigues Jamba. Desigualdade de gênero na diplomacia brasileira. 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

SERROTE, Wilton Pedro. Regionalismo africano: utopia ou realidade? Avaliando processos de integração regional em África. 54 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

SILVA, Arnaldo de Santana. Refúgio e a paula LGBTI+ no Sul Global: o caso brasileiro. 2023. 93 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

SILVA, Karine de Souza. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. In: *Sequência* (Florianópolis), v. 44, n. 93, 2023

SILVA, Rute António da. Relações Sul-Sul: a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação (2003-2010). 21 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024.

SODRÉ, Muniz. 2015. Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3ª ed. atual e ampl. - Editora Vozes, Petrópolis, RJ

SOUSA, Melânia Tomás Baptista de. As relações Brasil-Angola : análise da cooperação sul-sul para o desenvolvimento no campo do Ensino Superior (2003-2016) . 50 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

SOUZA, Alana Santos de. Mulheres e vulnerabilidade: atuação do ACNUR no combate a violência contra refugiadas. 2023. 51 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2023.

SOUZA, Natália Maria Félix; SELIS, Lara Martim Rodrigues. Feminismos do Sul Global. In: LENINE, Enzo; LAMAS, Isabella (orgs.). *Teorizando o internacional: reivindicar a pluralidade e a diversidade nas Relações Internacionais*. Salvador: Edufba, no prelo.

SUMBA, Julio Quintino Cam-Nate. Estudantes africanos na Unilab Campus dos Malês (São Francisco do Conde) entre os anos 2014 – 2018 / Monografia (graduação) - Instituto de

Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

UMBELINA, Joselda do Espírito Santo. Organizações não-governamentais e ativismos transnacionais na área ambiental : um olhar sobre a atuação do Greenpeace na Amazônia. 64 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

UNILAB, Projeto Pedagógico Curricular do curso de graduação em Relações Internacionais - bacharelado, 4ª versão, Instituto de Humanidades Letras-Malês, 2021, São Francisco do Conde, Bahia.

VARGAS, Mojana. (entrevistada). Raça, Etnicidade e Relações Internacionais. Ciências em Diálogo, Araraquara, 17 fevereiro de 2022. Podcast. Disponível em: [Raça, Etnicidade e Relações Internacionais - Profa. Dra. Mojana Vargas Correia \(UFPB\) • Ciências Sociais em Diálogo](#). Acesso em 14 de julho, 2025.

VEIGA, Danilson Ivandro Gonçalves da. Cooperação Norte-Sul : um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde 71 f. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. In: *Inter-Relações / Ano 14 - Nº 40 / 2º semestre 2014 / p. 5 - 11*

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios*. Alta Books, 2016, Rio de Janeiro.

WASSE, Hercínia Chena Azarias. Diplomacia e política externa em Moçambique: estudo de caso do governo Joaquim Chissano (1987-2005). 24 f. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. As dinâmicas da África nas relações mundiais: Do Afro-pessimismo para o Afro-otimismo? In: *Revista Brasileira de Estudos Africanos* ,| v.2, n.4 | p.11-31 | Jul./Dez. 2017

WENDT, Alexander. A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. In: *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*, v.2. n.3, jan./jun., 2013. trad. Rodrigo Duque Estrada.

ZAMPARONI, Valdemir. África e os Estudos Africanos no Brasil: passado e futuro. In: *Cienc. Cult.* vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007

APÊNDICE

Autor(a)/ modalidade	Ano	Título
GOMES, Aila Antônio. (artigo)	2019	Sociedade civil e soberania alimentar: desafios da rede de soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné-Bissau(RESSAN-GB)
VEIGA, Danilson Ivandro Gonçalves (mono)	2019	Cooperação Norte-Sul: um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.
SANCA, Naentrem Manuel Oliveir(mono)	2019	Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau
SALVATERRA, Sara Christina Semedo Fortes Jerónimo (mono)	2019	Mulheres na diplomacia contemporânea: desafios e perspectivas nas Relações Internacionais.
FAUSTINO, Jenito Abreu João (art)	2019	Comércio Internacional no Golfo da Guiné
SEMEDO, Emanuel de Jesus Correia (mono)	2020	Mudanças climáticas e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde
UNA, Lazaro Uassena (mono)	2020	Crises Internas e Integração Regional: o caso da Guiné-Bissau na CEDEAO (1998-2018)
SEIDI, Mamadu (mono)	2020	Integração regional e o desenvolvimento da África Ocidental: caso de Guiné-Bissau na CEDEAO
ONCAMPO, Locarine Educiene Mendes (mono)	2020	Representatividade da Mulher Africana Conferência da Mulher (1975-1995)
SOUSA, Melânia Tomás Baptista de (mono)	2020	As relações Brasil-Angola: análise da cooperação sul-sul para desenvolvimento do Ensino Superior (2003-2016)
GOMES, Nilton Lopes da Silva. (mono)	2020	Vulnerabilidade cibernética e a estratégia de segurança cibernética do Estado Brasileiro. 1
PEREIRA, Manuela Gomes (mono)	2020	Representação das mulheres nos altos cargos da tomada de decisões da ONU : caminhando para uma paridade de gênero?
INFANTE, Beto (art)	2020	Relações econômicas entre China e o continente africano: o caso da Guiné-Bissau na área da infraestrutura
MANÉ, Elma Pereira (art)	2020	Uma análise crítica sobre a cooperação sul-sul da Guiné-Bissau: os interesses em jogo na cooperação entre China e Guiné-Bissau.
ROSÁRIO, Iuri Santos Silva do (art)	2020	Países do Sul Global: sobre a cooperação educacional entre Brasil e África lusófona.
LUCAS, Mary Francisca Coluna (art)	2020	A política externa angolana: o governo de José Eduardo dos Santos (1979 - 2017)

DE SÁ, Nemésio Alves (art)	2020	Política Externa e igreja católica na Guiné-Bissau: uma exploração histórica
MANÉ, Binto. (art)	2021	Os dilemas da consolidação de segurança alimentar e nutricional nas zonas rurais da Guiné-Bissau: O papel do PMA no fortalecimento da segurança alimentar das populações rurais, especialmente das mulheres.
DJABI, Abdulai. (mono)	2021	O islã transnacional da África Ocidental à Bahia : imigração e comunidades afro-muçulmanas em Salvador e São Francisco do Conde
SOUZA, Alana Santos de (mono)	2021	Mulheres e vulnerabilidade : atuação do ACNUR no combate a violência contra refugiadas
ANDRADE, Caroline Fortunato (mono)	2021	Inserção na China, através do Soft Power, por meio da Educação, em Cabo Verde
LOPES, Júlio Sani. (art)	2021	Política externa, Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, China, África.
CORREIA, Danildo Camala (mono)	2021	Papel da CEDEAO na manutenção da segurança na Guiné-Bissau (2012-2019)
FILHO, Gleidson dos Santos Silva (mono)	2021	Eutanásia e direitos humanos nas Relações Internacionais
UMBELINA, Joselda do Espírito Santo (mono)	2021	Organizações não-governamentais e ativismos transnacionais na área ambiental : um olhar sobre a atuação do Greenpeace na Amazônia
CARDOSO, Paulo Jorge dos Santos Renner (mono)	2021	movimento pendular da cooperação São Tomé e Príncipe China / Taiwan / China : história, escolhas e impactos
PEREIRA, Renan Rodrigo Baraúna (mono)	2021	Atuação do Conare e sua relação com os regimes internacionais para refugiados
SA, Vladimir (mono)	2021	O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste (1974-2002) : um estudo sobre a diplomacia da libertação a partir da documentação do CIDAC
NUNES, Elisa Numala Correia (mono)	2021	A participação da mulher na diplomacia angolana
ESPIRÍTO SANTO, Adaysan do (mono)	2022	A política externa como instrumento do poder brando : um estudo de caso do Soft power da China /
SANTIAGO, Milena Santos (mono)	2022	Transnacionalização de lutas contra-hegemônicas nas Relações Internacionais : o caso do movimento Zapatistas, no México, e do movimento pela sobrevivência do povo Ogoni, na Nigéria
LINO, Paulina Celeste da Silva (mono)	2022	Cooperação China-Angola : o estudo de caso da ferrovia de Benguela

MENDES, Xavier Sanca (mono)	2022	A política externa dos Estados Unidos para as mudanças climáticas durante o governo Donald Trump
MENDES, Clemende (art)	2022	Ubuntu: uma contribuição crítica às teorias convencionais positivistas das relações internacionais.
GARCIA, Edmilson Ricardo Gomes. (art)	2022	Fome e segurança , soberania alimentar em angola: agendas e políticas públicas de combate
Neto, Eduardo Dos Santos (art)	2022	A convenção 169 da OIT na América Latina: violações e construção da agenda de direitos dos povos indígenas
Gonçalves, Elisa de Almeida (art)	2022	A construção do imaginário midiático dos migrantes haitianos no Brasil.
DA MATA, Elvira Fernandes Mendes. (art)	2022	A participação política das mulheres na diplomacia dos Palops: das lutas pela libertação nacional aos Estados pós-coloniais.
WASSE, Hercínia Chena Azarias (art)	2022	Diplomacia e política externa em Moçambique: estudo de caso do governo Joaquim Chissano (1987 - 2005)
Dos Santos, Jônatas Amaral (art)	2022	Relações Eua x China: tensões e interdependência econômica (2015-2021)
Munica, Martinho Fonseca (art)	2022	Cooperação Brasil-África: uma abordagem da política externa do governo Lula (2003-2010) e Pós-Lula para os países dos Palops
JAU, Mussa (art)	2022	A China e a extração abusiva e ilegal de mandeira na Guiné-Bissau (2012-2014): Uma análise crítica da relação sino-guineense
MIRANDA, Quézia Moreno Gomes Pereira. (art)	2022	Mudanças climáticas no continente africano: sustentabilidade ambiental e o caso da grande Muralha Verde.
SILVA, Arnaldo de Santana. (mono)	2023	Refúgio e a pauta LGBTI+ no sul global : o caso brasileiro
CANDÉ, Iero (mono)	2023	Desafios da problemática do terrorismo na África Ocidental de 2000 a 2018 : uma avaliação do papel de CEDEAO
JOSÉ, Jerusa Gonçalves (mono)	2023	Participação da mulher angolana na política
CÁ, Capcine Casemiro (art)	2023	Participação política das mulheres em África: analisando o caso da Guiné-Bissau.
ANDRADE, Cardoso Domingos (art)	2023	Cooperação Sul-Sul: o caso de investimento direto da China em Moçambique e no setor de infraestrutura.

JOÃO, Domingos Faustino Pedro (art)	2023	Políticas de transferência de renda: uma análise do programa angolano (kwenda) e da influência do modelo latino- americano na construção do modelo
EVANDECO, Eugénio da Silva (art)	2023	A descolonização de África e o papel do cinema no contexto dos conflitos independentistas : o caso de Sambizanga (1972) na independência de Angola.
MATOS, José Fernando de (art)	2023	Os direitos humanos em Angola: uma análise da liberdade de expressão como direito fundamental.
SEGUNDA, José Rodrigues Jamba (art)	2023	Desigualdade de gênero na diplomacia brasileira
JESUS, Larissa Welane Moreira de (art)	2023	O desenvolvimento e suas perspectivas:uma análise crítica sobre diferentes formas de construção teórica
JESUS, Salatiel Marinho de (art)	2023	A agricultura como ferramenta de desenvolvimento nos projetos de cooperação técnica Brasil-África.
MENDES, Fino Vessem (mono)	2023	A política externa da Guiné Bissau e sua relação com o Banco Mundial
SANTOS, Maicon Dias Dos. (mono)	2023	Desenvolvimento de um regime global de governança da internet, evolução . contribuições, obstáculos no seio da ONU
SACAVINDA, Paula Graça (mono)	2023	Política externa de Angola:Comércio internacional e integração econômica regional na SADC
CÓ, Victoria (mono)	2023	Cooperação Sul-Sul:cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área da educação superior.
SERROTE, Wilton Pedro (mono)	2023	Regionalismo Africano: Utopia ou realidade? Avaliando o processo de integração regional em África
CRISTÓVÃO, Edna Diogo (art)	2023	Mulheres Africanas na liderança: presença e influência na União Africana.
ALFREDO, Agostinho Inácio de Andrade (art)	2023	Cooperação Angola-China na área de infraestrutura: análise de impactos para Angola.
DJÚ, Iqui (art)	2023	A justiça climática e ambiental: uma resposta aos impactos das mudanças climáticas no Sul Global.
MUHONGO, Marcelina Dulce (art)	2023	Representatividade feminina na SADC: luta política e participação das mulheres nos processos de tomada de decisão
ROSÁRIO, Pedrina Belém do, (art)	2023	Diplomacia quilombola nas relações internacionais: do local ao global no quilombo Jatimane
SILVA, Antonia Mayane de Ferreira de Freitas (mono)	2024	Desigualdade nas Relações Internacionais: um olhar sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável.
GAMBA, António Fernando Kwamba	2024	Os impactos das instituições financeiras internacionais na economia política contemporânea de Angola de 2002 a 2019

(art)		
NAHANA, Belina Loth (art)	2024	As zungueiras na ponta da circulação internacional de mercadorias: um estudo sobre os impactos da economia informal em Angola
Carla Frederico Hopffer (art)	2024	As mulheres no comércio informal e no desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.
MONTEIRO, Cristiano José dos Santos (art)	2024	Pós-guerra civil em Angola: os caminhos da reconstrução sóciopolítica nos anos 2002 a 2010.
MOURA, Emerson da Purificação (art)	2024	Fundos soberanos de investimento, governança e impactos socioambientais: o caso da refinaria de Mataripe em São Francisco do Conde.
KIOSA, Francisco Domingos (art)	2024	Contributo de Angola nas Relações Internacionais do continente africano para a arquitetura da paz e segurança (2014-2024)
GOMES, Ivanildo Carlos (art)	2024	Impacto da guerra da Ucrânia-Rússia na geopolítica da fome nos países da África ocidental: caso da Guiné-Bissau (2022-2023)
CULO, Lucas Tchivinda Kaunda (mono)	2024	A política externa de Angola: processo e pilares para elaboração da política externa de Angola nos tempos atuais e suas tendências para o futuro.
NHASLAMBÉ, Luís Carlos Mida. (art)	2024	Processo decisório em política externa como as características constitucionais da Guiné-Bissau contribuem para a instabilidade política crônica do país
INDI, Nicandro Oquete (art)	2024	Política externa da Guiné-Bissau: os atores constitucionais extras-constitucionais
SILVA, Rute António da. (art)	2024	Relações Sul-Sul: a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação (2003-2010)
JOÃO, Tomás Gomes (art)	2024	Iniciativas de desenvolvimento infraestrutural em África: uma comparação entre os programas chineses e indianos